

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Antonio Antunes de Castro Junior

O ROTEIRO “ALÉM DOS TÚMULOS” E A POLÍTICA: UMA ANÁLISE

São Paulo

2021

Antonio Antunes de Castro Junior

O ROTEIRO “ALÉM DOS TÚMULOS” E A POLÍTICA: UMA ANÁLISE

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C355r Castro Jr., Antonio Antunes de
O roteiro "Além dos Túmulos" e a política: uma
análise / Antonio Antunes de Castro Jr.; orientadora
Rita de Cássia Ariza da Cruz - São Paulo, 2021.
79 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Política. 2. Desigualdade. 3. São Paulo. I.
Cruz, Rita de Cássia Ariza da, orient. II. Título.

Agradecimentos

Ao meu querido pai, Antonio, e a minha querida mãe, Maria Helena, muito obrigado pelo infindo amor e sabedoria, os dois são fonte de inspiração a admiração.

À minha querida irmã Juliana, por enriquecer a família com alegria e inteligência, obrigado por tudo, inclusive por aturar minhas chatices.

À minha querida namorada Poliana, obrigado pelo companheirismo, seu sorriso é, além de lindo, minha alegria também.

À professora Rita de Cássia Ariza da Cruz pela solícita orientação, sua dedicação e grande conhecimento foram fundamentais na minha jornada acadêmica, obrigado.

Aos professores e professoras do departamento de geografia da USP pelas apresentações e reflexões de teorias vitais, principalmente nos dias atuais.

Aos professores e professoras de outros departamentos e faculdades da USP (educação, geologia, história, letras e sociologia) pela imensa contribuição acadêmica.

Agradeço ao estimado amigo Isaac Scher que, de maneira gentil e atenciosa, confeccionou o mapa do roteiro “Além dos Túmulos”.

Por fim, aos amigos Abilli Zacharias, Caio Esquigoga e Claudionor Silva por compartilharem alegrias, mesmo nos momentos turbulentos da vida.

Resumo

CASTRO Jr., Antonio Antunes de. **O roteiro “Além dos Túmulos” e a política: uma análise.** 2021. 79 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Na região central da cidade de São Paulo existe um roteiro turístico, pouco conhecido e divulgado, chamado “Além dos Túmulos”. Trata-se de um *tour* composto por construções históricas consideradas mal-assombradas, portanto o roteiro está ligado a um segmento turístico denominado *Dark*. Contudo, o leitor perceberá ao longo do trabalho outras assombrações: as políticas que, desde o período colonial até os dias da república, fomentam a imensa desigualdade expressa na segregação social e espacial. Esta monografia irá refletir sobre algumas políticas que permeiam pontos do roteiro “Além dos Túmulos” e ilustram a noção de público e privado em nossa assombrosa formação socioeconômica.

Palavras-chave: Política, Desigualdade, São Paulo.

Abstract

CASTRO Jr., Antonio Antunes de. **The itinerary “Beyond the Tombs” and politics:** an analyse. 2021. 79 p. Individual undergraduate work – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

In the central region of the city of São Paulo there is a tourist route, little known and disclosed, called “Beyond the Tombs”. It is a tour of historic buildings considered to be haunted, so the itinerary is linked to a tourist segment called *Dark*. However, the reader will appreciate other hauntings throughout the work: such as politics that, from the colonial period until the days of the republic, foster the immense inequality expressed in social and spatial segregation. This monograph will reflect on some politics that permeate points of the itinerary “Beyond the Tombs” and illustrate the notions of public and private in our socioeconomic formation.

Keywords: Politics, Inequality, São Paulo.

Lista de Figuras

Figura 1 - Quadro "A Redenção de Cam"	51
Figura 2 - Vale do Anhangabaú, 1911.....	58
Figura 3 - Ladeira do Açu, século XIX.....	59
Figura 4 - Vale do Anhangabaú, 1927.....	59
Figura 5 - Manifestações pelas “Diretas Já”, em 1984, no Vale do Anhangabaú	60
Figura 6 - Capela dos Aflitos, primeira metade do século XX.....	60
Figura 7 - Capela dos Aflitos contrastando com a cultura japonesa	61
Figura 8 - Capela dos Aflitos, porta onde são depositados pedidos a Chaguinhas.....	61
Figura 9 - Capela dos Aflitos, papeis com pedidos feitos a Chaguinhas.....	62
Figura 10 - Chaguinhas, quadro exposto na Capela dos Aflitos	62
Figura 11 - Localização da forca, pelourinho, Cemitério e Capela dos Aflitos	63
Figura 12 - Faculdade de Direito do Largo São Francisco, 1940.....	63
Figura 13 - Túmulo de Júlio Frank na Faculdade de Direito da USP	64
Figura 14 - Cemitério da Consolação, túmulo de Domitila de Castro Canto e Melo	64
Figura 15 - Escultura “O sepultamento”, de Victor Brecheret	65
Figura 16 - Igreja Santa Cruz dos Enforcados, atualmente	65
Figura 17 - Interior da Igreja Santa Cruz dos Enforcados, atualmente	66
Figura 18 - Teatro Municipal, atualmente.....	66
Figura 19 - Teatro Municipal, 1915	67
Figura 20 - Teatro Municipal, primeira metade do século XX.....	67
Figura 21 - Cripta da Catedral da Sé	68
Figura 22 - Cripta da Catedral da Sé, túmulo de Tibiriçá	68
Figura 23 - Cripta da Catedral da Sé, túmulo do regente Feijó	69
Figura 24 - Construção do Edifício Martinelli, primeira metade do século XX.....	69

Figura 25 - Edifício Martinelli.....	70
Figura 26 - Vista do terraço do Edifício Martinelli, atualmente	70
Figura 27 - Palácio da Justiça	71
Figura 28 - Palácio da Justiça, sala do júri	71

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Sobre o Dark Turismo	12
Capítulo 2 – O turismo e o roteiro “Além dos Túmulos”	17
Capítulo 3 – Os pontos do roteiro no tempo e no espaço	21
3.1 – Historiografia.....	21
3.2 – Mapa	22
3.3 – Vale do Anhangabaú	23
3.4 – Capela Nossa Senhora dos Aflitos.....	27
3.5 – Faculdade de Direito do Largo São Francisco	34
3.6 – Breve análise dos outros pontos do roteiro	40
Capítulo 4 – A política e o roteiro “Além dos Túmulos”	45
Capítulo 5 – Sobre a desigualdade	53
Capítulo 6 – Um roteiro de imagens.....	58
Considerações finais	72
Bibliografia.....	75

Introdução

Este trabalho visa analisar e discorrer como pontos do roteiro turístico denominado “Além dos Túmulos” estão inseridos em diversos processos públicos e privados que auxiliam na compreensão geográfica do município de São Paulo desde o século XVIII até as ações políticas do século XX que fomentaram, conforme analisa Francisco de Oliveira (1987), a transição do período que a cidade era uma ilha pertencente ao arquipélago econômico chamado Brasil para uma economia nacional regionalmente localizada.

O roteiro “Além dos Túmulos” existe numa espécie de bruma turística paulistana (na órbita de um segmento turístico negligenciado e pouco incentivado pelo Estado). Em tempos pretéritos constava oficialmente nas sugestões da secretaria de turismo do município; atualmente a atração pouco conhecida e divulgada é realizada por agências privadas que têm nas celebrações de finados, dia das bruxas e sextas-feiras 13 sua maior seara. Nesse contexto pode-se inferir que o roteiro está inserido num segmento turístico conhecido como *Dark*. Pode-se afirmar, resumidamente, tratar-se de um *tour* (ou como denominam alguns estudiosos do tema: *ghost tour*) por pontos da cidade¹ considerados mal assombrados, como esses pontos estão localizados no centro histórico e centro expandido é possível realizá-lo, quase que totalmente, a pé.

A escolha desse roteiro como objeto de análise reside no interesse por suas histórias e estórias, os fantasmas que supostamente assombram casas, palácios, faculdades, teatros, igrejas, prédios, criptas e cemitérios podem ajudar na elucidação e compreensão de diversos aspectos da cidade de São Paulo, como a geografia histórica, o processo da segregação socioeconômica, a expansão das desigualdades sociais e espaciais; além de crenças, tradições e lendas urbanas que permeiam a cultura paulista e paulistana.

¹ As expressões “pontos da cidade”, “pontos do roteiro” ou simplesmente “pontos”, utilizadas neste trabalho para referir-se aos locais do roteiro “Além dos Túmulos” remetem à noção de “pontos turísticos”, termo muito usual na linguagem comum para se referir a atrativos turísticos e, não anulam o fato de que esses pontos são fragmentos do espaço que participaram e participam do processo de modificação da paisagem e de produção do espaço urbano de São Paulo.

O roteiro é composto pelos seguintes locais: Cemitério da Consolação, Cemitério do Araçá, Cripta da Catedral da Sé, Igreja Santa Cruz dos Enforcados, Capela dos Aflitos, Teatro Municipal, Vale do Anhangabaú, Palácio da Justiça, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Edifício Martinelli, Castelinho da Rua Apa, Edifício Joelma (atual Edifício Praça da Bandeira) e Casa de Dona Yayá. Esses pontos, *“rugosidades que duram mais que estímulos e objetivos que lhe deram origem”* (Moraes, 2008, p. 41), ajudam na compreensão da nossa formação e condição socioeconômica, pois são testemunhas arquitetônicas de ideologias e políticas instauradas desde o período colonial, sendo que, muitas dessas ideologias e políticas perduram mesmo que de maneira extraoficial.

Os pontos do roteiro são um rico material pedagógico, contudo políticas alinhando projetos educacionais com o roteiro são ínfimas. O professor José de Souza Martins usava alguns locais do roteiro como recurso acadêmico; o emérito professor da FFLCH – USP tinha o costume de levar seus alunos da sociologia ao cemitério da Consolação, ali conduzia célebres e singulares aulas que obviamente fugiam dos padrões didáticos; nessas aulas eram abordados temas de arquitetura, arte tumular e principalmente como as personalidades ilustres que ali repousam participaram da vida brasileira e, ainda participam através de suas ideias e propostas políticas.

O caminho seguido no desenvolvimento teórico desse TGI começou na escolha do tema, que ocorreu enquanto cursava a disciplina geografia do turismo. A seleção do tema foi o ponto de partida e também o início do reconhecimento da complexidade envolvida. A partir dos problemas de pesquisa e das perguntas relacionadas ao objeto de estudo desenvolveu-se os resultados apresentados neste trabalho.

Os procedimentos metodológicos basearam-se na consulta, análise e comparação de livros, textos acadêmicos e artigos. O trabalho de campo, importante para o pensamento geográfico, foi prejudicado devido a COVID – 19 e a necessidade do isolamento social. Contudo, poucas semanas antes da divulgação pública da pandemia visitei os pontos do roteiro, portanto, mesmo que efêmera a pesquisa de campo e as informações coletadas no campo estão presentes no texto.

Capítulo 1 – Sobre o Dark Turismo

O medo é um sentimento marcante e sua análise conduz a uma gama de estudos e citações no âmbito psicológico, sociológico, econômico, filosófico, literário, etc. O medo também está associado ao entretenimento, é habitual a exploração desse sentimento por parques de diversão e filmes, já no mundo real é possível encontrar relatos históricos sobre a propagação da política do medo como meio de dominar um povo, a exemplo das ditaduras no Cone-Sul que criaram o iminente “fantasma do comunismo” e a necessidade de combater esse “perigo”. Segundo Nicolau Maquiavel, grande pensador da Idade Moderna, para os que ambicionam dominar territórios e nações o medo pode ser mais útil e de maior valia que outras emoções. O medo é, também, um dos pilares do *Dark Turismo*.

O *Dark Turismo* (também chamado em artigos acadêmicos de Turismo Sombrio, Turismo Mórbido, Turismo Negro e Turismo Macabro) está associado, dentre outros aspectos, a interesses históricos e quiçá a busca pela sensação do medo que pontos ligados a morte e tragédias podem gerar. Deste modo, o Turismo Mórbido pode ser relacionado com o desenvolvimento de novos segmentos turísticos e as variadas formas de fazer turismo devido ao avanço da prática do “viajar por prazer” quando, paulatinamente, a partir do século XIX, o consumo do espaço geográfico a partir do turismo é incentivado pela lógica capitalista.

Foram Lennon e Foley (2000, apud Coutinho, 2012) que cunharam o termo *Dark Turismo* remetendo, segundo Stone, ao “*ato de viajar para locais associados com morte, sofrimento e o aparentemente macabro*” ou “*ao fenômeno pelo qual as pessoas visitam, intencionalmente ou como parte de um itinerário recreativo mais amplo, a diversa gama de locais, atrações e exposições que oferecem uma (re/a)presentação de morte e sofrimento*” (2006, apud Coutinho, 2012, p. 12 e p. 35). Entretanto, alguns autores ressaltam que esse tipo de turismo em geral é realizado por um acaso fortuito e não motivado por uma necessidade de contato com a morte. Sharpley (2009, apud Coutinho, 2012) alega que foi na década de 1990 que o tema atraiu maior interesse do mundo acadêmico, relacionando a atividade a um contexto mais contemporâneo. Contudo, para alguns autores, esse tipo de turismo ocorre há muito tempo, a exemplo das visitas, desde o século XI, aos locais que tiveram relação com o calvário e morte de Jesus (Dias, 2013), ou as batalhas de gladiadores que ocorriam no Império Romano e as execuções no período medieval que também atraiam

grande público. Segundo Boorstin (1964, apud Trzaskos & Dropa, 2013), a primeira visita guiada na Inglaterra foi em 1838, numa viagem de comboio com o objetivo de presenciar o enforcamento de dois assassinos.

Stone (2011, apud Coutinho, 2012) aponta o *Dark Turismo* como mediador da morte e de sua complexidade com a sociedade contemporânea. Para Walter (2009, apud Coutinho, 2012) este tipo de turismo permite uma relação entre os vivos e os mortos através de: informação, recordação, entretenimento, assombração e lembrando-nos que somos mortais. Stone (2006, apud Coutinho, 2012) identifica sete categorias de *Dark Turismo*: campos de genocídio, locais de conflito, santuários, cemitérios, masmorras (tribunais e prisões), exposições e fábricas de diversão. Para Stone e Sharpley (2008, apud Coutinho, 2012) o turismo sombrio pode ajudar as pessoas a desenvolverem suas ideias e reflexões sobre a mortalidade num ambiente que não ameaça suas vidas.

Ao redor do mundo existem diversos exemplos de *Dark Turismo*, talvez o mais conhecido seja o campo de concentração de Auschwitz (Polônia) que atualmente é um museu e Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO, outros exemplos são: Chernobyl (Ucrânia), Pompéia (Itália), Hiroshima e Nagasaki (Japão), Marco Zero (EUA), Campo de Batalha da Floresta de Belleau (França), Campo de Batalha de Flanders (Bélgica), Prisão de Ushuaia (Argentina), Prisão da Ilha Robben (África do Sul), Prisão de Alcatraz (EUA), Cemitério do Père-Lachaise (França), Cemitério da Recoleta (Argentina), Cemitério de Highgate (Inglaterra), Cemitério de Arlington (EUA), Cemitério Andinista (Argentina) e Cemitério de São João Batista (Brasil), dentre outros.

É importante destacar as aproximações dos cemitérios e campos de batalha com os estudos geográficos. Sobre as necrópoles pode-se apontar quatro aspectos marcantes: o artístico, o histórico, o socioeconômico e o sanitário. Já os campos de batalha remetem aos rearranjos geopolíticos ocorridos no processo bélico.

Algumas lápides e mausoléus são belíssimas exposições que tornam o espaço fúnebre um verdadeiro museu a céu aberto. Em São Paulo, os cemitérios da Consolação e do Araçá colecionam obras arquitetônicas e artísticas de Victor Brecheret, Ramos Azevedo, Rafael Galvez, Amadeu Zani e Francisco Leopoldo e Silva, irmão de Dom Duarte Leopoldo e Silva, primeiro arcebispo de São Paulo que, em 1912, iniciou a construção da Catedral da Sé.

O segundo aspecto remete aos personagens históricos, as figuras ilustres são incentivadoras póstumas das visitações e subsequentemente do turismo, a exemplo de Evita Perón, Bartolomé Mitre e Facundo Quiroga no Recoleta; Honoré de Balzac, Oscar Wilde, Frédéric Chopin, Jim Morrison, Édith Piaf e Allan Kardec no Père-Lachaise; Cazuza, Carmem Miranda, Santos Dumont e Tom Jobim no São João Batista e Karl Marx no Highgate. Pode-se citar nas duas necrópoles inseridas roteiro “Além dos Túmulos”: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Francisco Matarazzo e Monteiro Lobato na Consolação; e Assis Chateaubriand, Cacilda Becker e Vicente Feola no Araçá. É notório que as personalidades do Araçá e da Consolação tiveram maior reconhecimento no âmbito nacional e não mundial como Evita Perón, Jim Morrison, Frédéric Chopin ou Karl Marx, fato que impacta no fluxo de visitantes. Aproveitando o “glamour póstumo” alguns cemitérios promovem circuitos turísticos guiados, o cemitério de Arlington, por exemplo, recebe em média 4 milhões de visitantes por ano e cobra 9 dólares por pessoa pelo *tour* guiado, no cemitério Highgate o *tour* custa 8 libras esterlinas, já no cemitério da Recoleta o *tour* é gratuito, um guia explica de forma detalhada e interessante como as personalidades ilustres que ali jazem influenciaram a história da Argentina.

O terceiro aspecto refere-se a segregação social e econômica presentes até no pós vida, a exemplo dos cemitérios dos ricos (Consolação, Araçá, Morumbi, Gethsêmani) e os cemitérios dos pobres (Vila Formosa, Lajeado), fato intrínseco ao processo de valorização e gentrificação nos espaços urbanos e também a “necessidade de exclusividade”.

Por fim, as análises sanitárias promovidas pelos higienistas no século XVIII modificaram parte da tradição sepulcral no Brasil, os sepultamentos, que no passado ocorriam nas propriedades privadas, igrejas e alguns cemitérios públicos (neste último caso destinado a população mais pobre e marginalizada), passaram a acontecer apenas nos cemitérios, privados ou públicos; a partir da construção e expansão das necrópoles ocorreu a separação entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos (Jorge, 2006). Atualmente, o debate higienista relaciona os cemitérios com a poluição dos solos e das águas subterrâneas, tal debate prevê novas políticas para contornar esta questão.

No que tange aos campos de batalha são dois aspectos de destaque: o histórico e o geográfico. O primeiro refere-se a importância e significado histórico que o local (agora turístico) carrega; quanto mais duradouro, sangrento e com desdobramentos políticos foi o

conflito mais expressivo é esse significado. O segundo é correlato a formação de novas delimitações fronteiriças e territoriais a partir das vitórias ou derrotas ocorridas nos campos de batalhas.

A cultura globalizada, presente em programas de televisão, cinemas, séries, jogos de vídeo *game* e parques de diversão, pode fomentar o *Dark Turismo* quando une o medo com o entretenimento, o seriado “*Walking Dead*”, por exemplo, transformou a cidade de Senoia nos EUA num atrativo turístico. A pequena cidade, situada no estado da Geórgia, tem aproximadamente 3.000 habitantes e passou por muitas mudanças após ser escolhida como locação de filmagens do programa televisivo, que estreou em 2010. Em 2006, Senoia tinha 7 lojas, em 2013 passou a ser 49, dentre elas uma cafeteria chamada “*Zombie Dark*”. Empreendedores pretendem construir um hotel para receber os turistas que agora chegam não apenas de outras regiões dos EUA, mas também da Europa, Ásia e Caribe com o intuito de fazer um *city tour* (ou *ghost tour*) pelos sets de filmagens da série que narra um tenebroso apocalípse zumbi, tal turismo segue a lógica da “fábrica de diversão”. Enquanto os comerciantes comemoram o aquecimento nas vendas alguns moradores queixam-se da intensificação do trânsito e na dificuldade em achar uma vaga para estacionar o carro, situação que remete as análises de Knafou (1996) e Cruz (2003) acerca dos possíveis conflitos de interesses entre turistas e residentes no uso do território turístico, sendo que o primeiro diz respeiro a uma territorialidade nômade e com uma relação fugaz e o segundo a uma territorialidade sedentária e relação duradoura com o lugar.

Diversos segmentos turísticos podem carregar traços *dark*. Se os termos sombrio, macabro e sofrimento forem abrangidos a contextos mais amplos poderemos refletir e questionar quanta desigualdade, tristeza, dor e até mesmo morte estiveram presentes na constuição e manutenção de regiões turísticas em várias partes do mundo. Isso ocorre quando o interesse de poucos, movido pela cobiça de um belo local e seu potencial financeiro, subjuga o bem coletivo e a existência mais harmoniosa entre sociedade e espaço. Após juntar dinheiro por dois anos consegui realizar, em 2014, um sonhado mochilão pela América Central; uma experiência suscetida nesta viagem ajuda a exemplificar a lógica descrita acima. Na passagem pelo Panamá tive a oportunidade de conhecer parte do arquipélago Bocas del Toro. Depois de passar dois dias numa belíssima ilha iniciei o regresso ao lado continental, para economizar (tática vital para o andamento da viagem), barganhei o

retorno no barco dos trabalhadores, um transporte mais modesto e barato em relação aos barcos turísticos. Tive a impressão, num primeiro momento, que a presença de um “gringo” naquela embarcação não foi bem vista, porém, depois de algum tempo consegui puxar assunto com um rapaz que estava sentado ao meu lado, comentei que estava muito triste por ir embora daquele paraíso na Terra, então ele disse que aquela ilha representava o inferno! Não comprehendi o sentido daquelas palavras e questionei o porquê daquele comentário. O rapaz contou que os políticos e empresários da região, ao perceberem o potencial turístico do arquipélago, começaram a comprar diversos terrenos, colocaram cercas, fixaram cartazes de “propriedade privada”, construiram hotéis, agências turísticas e aumentaram o preço dos imóveis e dos alugueis, tal situação forçou muitas pessoas a mudarem para áreas mais periféricas, para áreas próximas ao descarte do lixo e para casas de palafitas. Paulatinamente os habitantes da parte insular foram expulsos para a porção continental e o retorno de outros tantos ao “paraíso” só foi possível na condição de trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de hotelaria, guia, faxina, cozinha, transporte, etc. Aquelas palavras revelaram que os habitantes daquelas ilhas deixaram de vivenciar a alegria, lazer, prazer e descanso em sua terra natal e que tais regozijos ficaram restritos aos turistas. Naquele momento comprehendi o sentido negativo e o sofrimento que minha presença representava naquele barco. As palavras daquele rapaz me fizeram recordar os estudos geográficos sobre a modificação do espaço gerada pela especulação e gentrificação e também me lembraram das análises da professora Cruz (2003) sobre a criação de territórios turísticos quando, normalmente, o significado original é alterado para atender a interesses exógenos ao lugar e seus habitantes.

A conversa naquela embarcação também remete ao roteiro “Além dos Túmulos” e ao *Dark Turismo*, pois as histórias de supostas assombrações muitas vezes são antecedidas por assombrações factuais, no caso do objeto de estudo desse trabalho pode-se citar: genocídio, escravidão, subjugo, massacre de povos indígenas e africanos, expropriações e as subsequentes amarguras socioeconômicas. Nesse contexto o *Dark Turismo* de São Paulo pode ser utilizado como um instrumento pedagógico de conscientização das condições presentes e passadas, contrapondo-se aos discursos que relativizam e negam a história e tentam imputar às políticas pretéritas aparências de um espectro que não influencia a mentalidade e a conjuntura atual.

Capítulo 2 – O turismo e o roteiro “Além dos Túmulos”

O turismo é um fenômeno social recente, por exemplo, as primeiras viagens guiadas ocorreram a partir do século XIX. Talvez a brevidade histórica deste serviço justifique a necessidade de uma melhor organização, compreensão e aprofundamento conceitual; em diversos casos também se faz necessário a existência mais harmoniosa entre os interesses turísticos e as presavações ambientais e sociais. Por isso, nesta parte do trabalho serão ressaltados brevemente alguns conceitos e análises sobre o turismo para, deste modo, fundamentar uma melhor compreensão do roteiro “Além dos Túmulos” à luz de uma abordagem geográfica.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT):

[...] turismo é uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde, e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta (Cruz, 2003, p. 4).

Para a OMT, referem-se à prática do turismo “*as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras*” (OMT, 2001, p. 38). Segundo Cruz, o turismo “é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo.” (2003, p. 5). Ainda segundo Cruz (2003, p. 8), baseada, entre outros autores, em Knafo (1996) o turismo é “uma prática social e que, portanto, tem forte determinação cultural” fazendo-se “necessário reconhecer que os lugares turísticos são inventados culturalmente”.

Definições e conceitos, por vezes, não conseguem expressar a totalidade dos temas e questões que pretendem expor, por esse motivo conceitos e definições sobre o turismo necessitam de constantes análises e críticas, algo ainda mais necessário por tratar-se de uma atividade segregacionista conectada com diversos problemas socioeconômicos e ambientais.

Sobre as definições da OMT indicadas acima é possível tecer algumas observações. A primeira, conforme aponta Cruz (2003), refere-se a segmentação do turismo (negócios, saúde, lazer, eventos, etc...), algo que permite classificar igualmente como turista uma

pessoa que viaja com a finalidade de tratar uma doença e outra que viaja para usufruir e contemplar uma paisagem pitoresca, ou seja, ambas serão abarcadas pelas estatísticas do turismo, o que pode ocasionar um exagero numérico e uma irreabilidade socioeconômica. Em outras palavras, a OMT coloca como sinônimos viagem e turismo, enquanto Cruz (2003) aponta a importância de relacionarmos o turismo com o lazer. Uma segunda análise refere-se as expressões: “deslocamento espacial” e “lugares diferentes do seu entorno habitual”. A busca pelo diferente e exótico em relação ao cotidiano incentiva o turismo, contudo, muitas pessoas não têm a oportunidade de aproveitar um atrativo turístico localizado próximo de suas casas, situação gerada por diversos motivos, que vão desde questões financeiras a falta de incentivo do governo local. Através de projetos públicos e fomentos ao lazer um paulistano pode, por exemplo, ter mais oportunidades de conhecer e usufruir o roteiro “Além dos Túmulos”, um veneziano passear de gôndola pelo “Grande Canal” ou um portenho realizar o roteiro *“Manzana de Las Luces”*. Tal observação se faz necessária porque muitas vezes o nosso lugar (onde moramos, trabalhamos, estudamos, etc...) não recebe políticas de incentivo ao lazer voltadas à população local, restringindo esse lugar e sua gente a um ciclo, essencialmente, de produção e consumo de outras mercadorias. Por exemplo, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) é considerado o museu de arte mais importante de todo Hemisfério Sul, contudo suas exposições ainda são bastante apartadas de muitos paulistanos, principalmente dos que residem nas periferias.

O roteiro “Além dos Túmulos” insere-se no espaço urbano e, segundo Cruz (2003), na maioria dos casos, a urbanização antecede o turismo. Entretanto, pode-se observar, nos últimos anos um processo de urbanização concomitante ou posterior ao turismo, quando cidades desenvolvem-se tendo o turismo como base de projetos e planejamentos, a exemplo de Las Vegas nos EUA e Porto Seguro no Brasil; já os pontos do roteiro “Além dos Túmulos” não foram construídos para atender a lógica turística.

O turismo urbano é mais expressivo tanto no fluxo de capital como de pessoas em relação a outros segmentos, segundo Cruz (2003) isso ocorre porque áreas naturais tem um apelo turístico mais recente, reflexo de um modismo e fruto de um mercado que propaga a necessidade de um novo produto que funciona como escapismo da agitação das metrópoles. Além do mais, a infraestrutura necessária para a prática do turismo está a mais tempo e melhor disponibilizada nas cidades, facilitando, desse modo, o lugar turístico citadino como

produto a ser consumido. Os meios urbanos são, também, os principais emissores de turistas; obviamente não são todas as cidades que irão gerar turistas, tal condição depende da qualidade de vida e renda média regional. Portanto, cidades menos populosas, mas com IDH elevado possivelmente emitirá maior percentual de turistas em relação a cidades com maior concentração demográfica, porém subdesenvolvidas.

O professor Sidnei Raimundo (2009) indica que o turismo é um fenômeno social possível graças ao tempo livre que foi conquistado através de lutas e manifestações sindicais ocorridas essencialmente nas cidades. Porém, a relação entre tempo livre e direitos vem sendo destruída no Brasil através de políticas neoliberais e da reforma trabalhista; recordo-me da última eleição, em 2020, quando dois candidatos, de partidos diferentes, vangloriavam-se em suas campanhas televisas de não tirarem férias, como se o descanso fosse algo demérito, como se o trabalho sem pausa remunerada fosse nosso “futuro utópico”, infelizmente em muitos empregos isso já é realidade; a casta política, ao mesmo tempo que ajuda a cercear os direitos trabalhistas possuí vencimentos e auxílios surreais para a maioria da população, enquanto o salário da maioria dos trabalhadores parece um córrego poluído os salários dos políticos são como mananciais de uma extensa e límpida bacia hidrografia. A análise de Sidnei Raimundo vai em direção à observação feita pela professora Rita de Cássia Ariza da Cruz durante uma reunião de orientandos em 2021: “as férias estão atreladas ao tempo e espaço do não-trabalho do trabalhador”. Portanto o turismo, fenômeno social que já é distante para muitas pessoas poderá, nos próximos anos, tornar-se ainda mais distante devido à redução do poder de compra e a perca do tempo livre remunerado graças à aprovação das novas políticas trabalhistas.

Partindo das análises anteriores pode-se inferir que o roteiro turístico “Além dos Túmulos” é *Dark*, alternativo e, embora citadino, pouco conhecido e divulgado. Baseado na interpretação de Stone (2006, apud Coutinho, 2012) pode-se concluir que o roteiro é composto pelas seguintes categorias: locais de conflito, santuários, cemitérios, masmorras (tribunais e prisões) e fábricas de diversão, esta última referindo-se a uma ressignificação dos locais pelas agências de turismo que se apoiam nas histórias de terror e assombrações para intensificar o fluxo de clientes. O conceito “locais de conflito” pode complementar a interpretação de que o espaço geográfico, enquanto local de disputa, é lócus permanente de conflito social e econômico. Existe, também, a relação direta entre a Faculdade de Direito do

Largo São Francisco e o Edifício Martinelli com a Revolução de 1932: a Faculdade serviu como posto de alistamento e treinamento militar, além de sediar reuniões civis e militares para confabular ações de guerra; já o terraço do Martinelli abrigou soldados com metralhadoras antiaéreas, pois a força paulista pensava que Getúlio Vargas mandaria aviões para bombardear São Paulo.

Os pontos do roteiro “Além dos Túmulos” não foram construídos com o intuito de servirem como atrativo turístico, portanto verifica-se um processo de refuncionalização ou multifuncionalização, sendo que algumas dessas construções foram tombadas recentemente por órgãos patrimoniais como IPHAN, Condephaat e Conpresp, gerando uma ressignificação.

Capítulo 3 – Os pontos do roteiro no tempo e no espaço

Conforme citado anteriormente, nenhum dos pontos do roteiro “Além dos Túmulos” foi construído com intuito turístico, portanto mudanças culturais ao longo dos anos geraram ressignificações para esses locais; a utilização dos pontos do roteiro pelo *Dark Turismo* remete a análise de Sharpley (2009, apud Coutinho, 2012) sobre o recente desenvolvimento desse segmento, e também a percepção de que locais outrora desvinculados do turismo podem ter seus paradigmas alterados para atender a esta prática; independente da lógica *Dark* as construções do roteiro são testemunhas da nossa história, além de um rico acervo concreto e imaterial indicando condições passadas e também atuais:

[...] tais formas – que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo – substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas. A vivência social do espaço cria rugosidades que duram mais que estímulos e objetivos que lhe deram origem (Moraes, 2008, p. 41).

A partir daqui iremos analisar aspectos políticos, no tempo e espaço, de alguns pontos do roteiro.

3.1 – Historiografia

A historiografia abaixo foi referenciada levando em consideração três aspectos: período de construção, inauguração ou adensamento populacional.

Século XVIII

- 1751 – Vale do Anhangabaú
- 1775 – Capela dos Aflitos

Século XIX

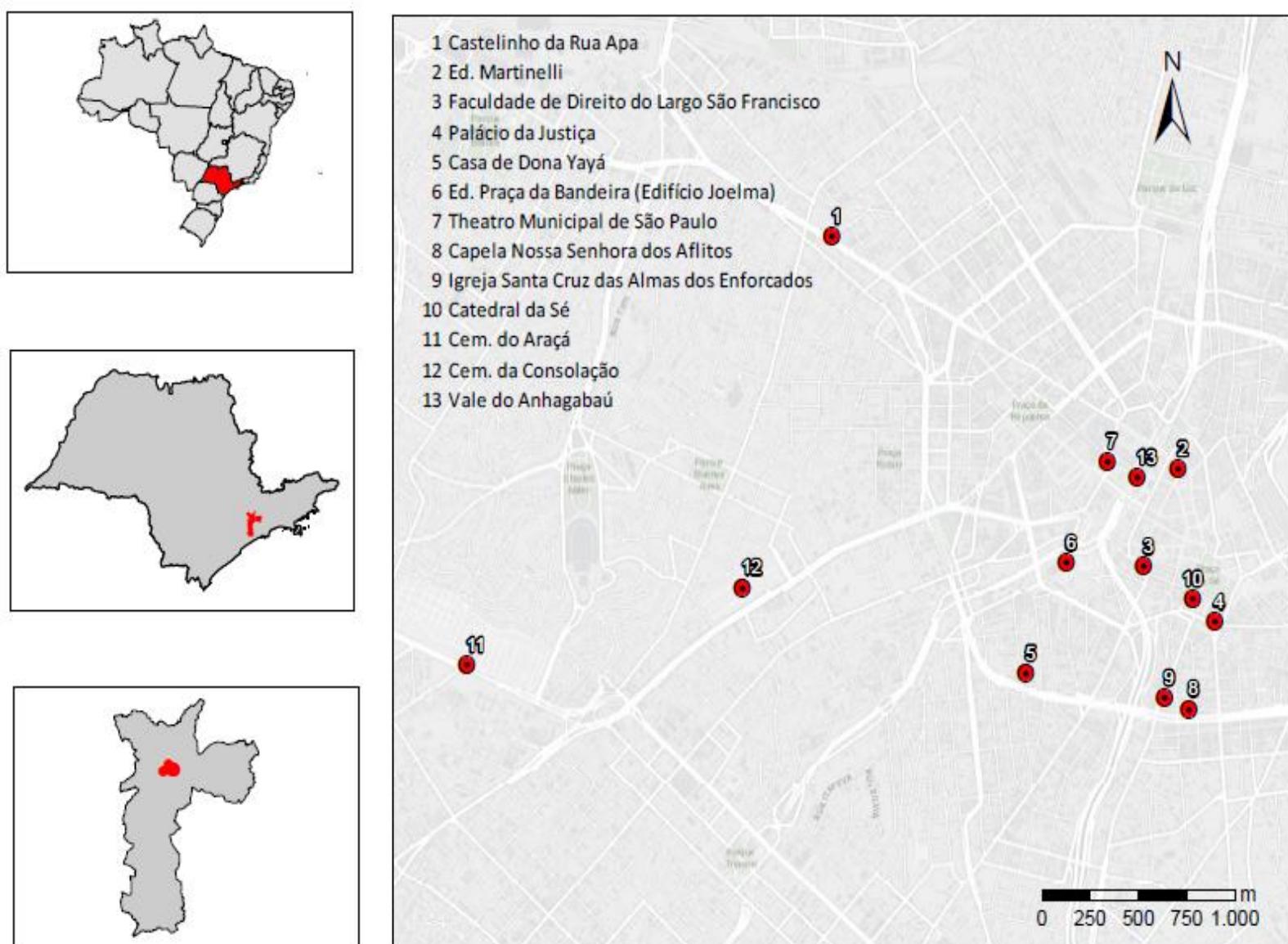
- 1827 – Faculdade de Direito do Largo São Francisco
- 1858 – Cemitério da Consolação
- 1887 – Cemitério do Araçá
- 1891 – Igreja Santa Cruz dos Enforcados
- 1895 – Teatro Municipal

Século XX

- 1902 – Casa de Dona Yayá
- 1912 – Castelinho da Rua Apa
- 1913 – Cripta da Catedral da Sé
- 1929 – Edifício Martinelli
- 1933 – Palácio da Justiça
- 1971 – Edifício Joelma

3.2 – Mapa

Localização dos pontos do roteiro Além dos Túmulos:



Organização: Isaac Scher (2021)

3.3 – Vale do Anhangabaú

Este ponto é considerado o mais antigo do roteiro e nele já ocorreram, após o adensamento urbano, diversas manifestações, passeatas, shows e eventos, ou seja, parte da história paulistana e brasileira desenrolou-se neste Vale; este trecho da região central de São Paulo pode iluminar algumas compreensões acerca da geografia e história política do município e também do país.

A palavra Anhangabaú deriva da língua tupi e refere-se a um rio que tem sua história diretamente ligada a fundação da Vila São Paulo de Itapetininga pelos jesuítas no século XVI. O professor da FAU – USP, Nestor Goulart Reis Filho, afirma no documentário “Entre Rios”² que o local da fundação, o Pátio do Colégio, situado próximo ao Vale do Anhangabaú, possui um privilégio geográfico por ser um altopiante margeado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Os portugueses apropriaram-se dos conhecimentos dos nativos para inaugurar neste altopiante uma vila que séculos posteriores tornou-se uma megaciade.

Da mesma maneira que o Tâmisa e o Sena foram fundamentais no desenvolvimento de Londres e Paris, o Tamanduateí e o Anhangabaú foram necessários e estratégicos para a formação de São Paulo, contudo, diferentemente dos dois rios europeus que recentemente foram revitalizados e convertidos em símbolos turísticos, os cursos d’água paulistas ainda sofrem com a sujeira e o descaso público e são, geralmente, associados à poluição, mal cheiro, canalização, retilinização e enchentes. O Tamanduateí normalmente é lembrado como o rio que fica atrás do Mercado Municipal, também é aludido ao nome de uma estação de trem da linha 10 – Turquesa. Já o rio Anhangabaú, nem isso posto que, no processo de urbanização foi tampado pelo asfalto e, hoje é um conjunto de águas subterrâneas que correm a partir do bairro Moema, onde as nascentes ainda são visíveis, até a foz no Rio Tamanduateí; à jusante, já no baixo curso, fica o Vale do Anhangabaú, atualmente este nome é relacionado a região central de São Paulo e também a uma estação que integra uma das principais e mais utilizadas linha de metrô do mundo, a linha 3 – Vermelha, porém o curso d’água que outrora corria erodindo o relevo pouco é mencionado ou lembrado, trata-se de mais um fato borrado da memória coletiva.

² Documentário disponível em: https://youtu.be/Xi9c_N8uFvY

Segundo o site *Dicionário Ilustrado Tupi – Guarani* a palavra Anhangabaú deriva de “Anhangaba” que pode ser traduzido como diabura, malefício, ação do diabo ou feitiço. Segundo o site *Dicionário Informal* a palavra origina de “Anahnga-ba-y”, que em tupi significa rio dos malefícios do diabo. Segundo o site da Cidade de São Paulo o nome indígena refere-se a um rio ou as águas pertencentes a mau espírito. É por causa desse suposto mau espírito que o Vale do Anhangabaú foi incluído no roteiro “Além dos Túmulos”. Informações presentes nos sites do Estado de São Paulo³ e da Cidade de São Paulo⁴ relatam brevemente sobre a lenda desse mau espírito; existem duas vertentes da sua história: a primeira indica as angústias que os portugueses causaram aos nativos; os bandeirantes invadiram e colonizaram o entorno do rio no século XVI e, a partir deste momento, os indígenas associaram o ocorrido à presença de algo maligno, tal interpretação foi corroborada pelas doenças, genocídio, escravidão, subjugão e expropriação geradas pelo “homem civilizado”. A segunda versão refere-se a um mau espírito que, antes mesmo da chegada dos europeus, já habitava o rio e matava quem bebia suas águas ou ali se banhava e, segundo crenças populares, até os dias atuais causa os suicídios das pessoas que se atiram do Viaduto do Chá em direção ao chão do vale onde outrora ficava o leito do rio.

O Vale do Anhangabaú, independentemente das lendas, registra dois fatos que marcam a geografia e a história do país; na dimensão geográfica destaca-se a relação entre os idiomas dos povos indígenas com a origem de muitos topônimos. O idioma Tupi – Guarani, ainda que mesclado com o português, representa uma forma de resistência e, mesmo subjugado, está presente em diversos aspectos culturais da atualidade, inclusive na toponímia nacional. Alguns exemplos desses topônimos são: Tamanduateí, Tiete, Pará, Paraíba, Paraná, Pirajuçara, Ubatuba, Pindamonhangaba, Itaquera, M’Boi Mirim, Jericoacoara, Itajaí, Itaipu, Itaim, Itapecerica, Ibirapuera, Botucatu, Butantã, Atibaia, Aracajú, Embu – Guaçu, Tatuapé, dentre muitos outros nomes pesquisados no curso de “Toponímia”, que compõe a grade de disciplinas oferecidas no departamento de Letras da USP. O segundo fato pode ser notado no simples ato de caminhar pelo Vale do Anhangabaú: trata-se do genocídio dos povos originários, uma história que começa no século XV e culmina na nossa realidade, o passado sanguinário tornou trivial circular por regiões que anunciam nomes Tupis sem a presença, ou com a rara presença, dos povos nativos, indicando também um

³ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/conheca-sp/pontos-turisticos/vale-do-anhangabau>

⁴ Disponível em: <https://cidadedesao-paulo.com/atrativos/vale-do-anhangabau>

genocídio cultural, é comum olvidarmos que tais nomes remetem aos povos originários. Em outras palavras, o turismo macabro do roteiro “Além dos Túmulos” também desenvolveu-se sobre o fatal e macabro genocídio indígena.

No período colonial muitos europeus assassinaram povos originários da América e subjugaram suas tradições e religiões; as práticas de catequização e batismo participaram dessa ideologia de superioridade e serviram para estabelecer alianças políticas entre os navegantes e os nativos, os portugueses no afã de controlar o território usaram essa tática. A cripta da Catedral da Sé, que também faz parte do roteiro “Além dos Túmulos”, ajuda a ilustrar essa lógica, no subsolo do marco zero da cidade fica a cripta, ali repousam os restos mortais do alto clero da igreja católica; contudo dois túmulos paralelos se destacam pelos belos ornamentos e por suas histórias: um túmulo pertence ao padre Diogo Antônio Feijó, único eclesiástico a ocupar o mais alto posto executivo do país, governando, entre 1835 e 1837, enquanto esperavam a maioridade de Dom Pedro II. O outro túmulo pertence ao índio Tibiriçá, primeiro índio catequisado e batizado pelos jesuítas recebendo, após o batismo, um novo nome, Martim Afonso Tibiriçá, em homenagem ao fundador da capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza (Godoy, 2014).

Tibiriçá aliou-se aos portugueses e ajudou-os no processo de colonização sendo, posteriormente, agraciado com o título de “primeiro cidadão paulista”. Sua história dialoga com a história de Malinche, uma mulher asteca que ajudou o espanhol Hernán Cortéz a conquistar parte do território que viria a se tornar o México, atualmente a expressão “*la malinche*” é usada por mexicanos para designar alguma traição.

Este trabalho não pretende gerar juízo de culpa ou crítica moral ao Tibiriçá ou a Malinche, as condições atuais, que permitem leituras e análises dos séculos XV e XVI não eram, obviamente, as mesmas daquela época. Entretanto, este trabalho observa que os nativos da América deviam aceitar e seguir as coações políticas oriundas da Europa para, talvez, serem reconhecidos como seres humanos ou cidadãos. Tais políticas eram guiadas pela exploração e rapina da natureza dos trópicos e dos povos considerados, sob a ótica eurocêntrica, inferiores.

Os portugueses exploraram o entorno do Anhangabaú a partir do século XVI, contudo foi no final do século XIX que o Vale começou a ganhar as feições contemporâneas. Conectadas ao Vale existem construções antigas e atuais, por isso associa-se a região a um

“divisor de águas” entre o centro antigo e recente. Muitas dessas construções resgatam a história arquitetônica da cidade como o Viaduto do Chá, Shopping Light, Edifício Martinelli, a Sede da Prefeitura, Teatro Municipal, entre outros.

Uma construção situada no entorno do Vale foi palco de uma história que ilustra o debate entre interesses públicos e privados no Brasil; o fato ocorreu em 1987, quando o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, proibiu a entrada de homossexuais no prédio da Escola de Dança do Teatro Municipal de São Paulo. Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV – CPDOC, 2020):

Em outubro de 1987 Jânio Quadros expediu memorando dirigido ao secretário municipal de Cultura, Renato Ferrari, proibindo o ingresso de homossexuais na Escola Municipal de Bailado, instituição que formava bailarinos desde 1940 e, à época, contava com cerca de mil alunos. Para fazer cumprir a ordem, a Guarda Civil metropolitana cercou a escola, provocando protestos dos próprios alunos. Diante dessa reação e do pronunciamento de organizações como o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA) e o grupo Lambda (Movimento pela Reorientação Sexual), Jânio ameaçou fechar a escola, caso suas ordens não fossem cumpridas, e expulsar qualquer aluno que criticasse suas determinações. A diretoria da escola não só acatou as ordens do prefeito, como divulgou uma lista eliminando 25 alunos classificados como “anormais”.

Em 1987 Jânio acumulava longa trajetória de cargos no legislativo e executivo: além de vereador, deputado estadual e federal, foi prefeito de São Paulo entre 1953 e 1955, governador de São Paulo de 1955 a 1959 e presidente do Brasil num breve mandato de sete meses em 1961, ou seja, seu retorno à prefeitura de São Paulo em 1986 foi antecedido de uma vasta experiência no chamado “mundo da política”, algo que poderia corroborar na condução de boas políticas públicas que melhorariam a democracia, qualidade de vida e economia do município. Entretanto Jânio repetiu seu ideal moralista, que ficou nacionalmente conhecido durante seu mandato presidencial, ao guiar discursos e leis inócuas, ineficientes e desnecessárias, gerando mais segregações num país necessitado de concordâncias, pacificações e redução das desigualdades. Por esses motivos Jânio é, com frequência, associado à condução atual do Brasil. Contrariando os desejos do prefeito alguns locais da cidade tornaram-se, segundo James Green e Ronaldo Trindade (2005, apud Braz,

2010, pág. 14), pontos de encontros homossexuais: “*a região do centro de São Paulo, sobretudo nas proximidades do Vale do Anhangabaú e da Praça da República, constitui um entorno historicamente frequentado por homens que mantém relações afetivo-sexuais com outros homens*”.

O Vale do Anhangabaú, local de muitas manifestações, protestos e anseios por transformações socioeconômicas também abriga símbolos de relativas mudanças no país, os prédios são exemplos de modificações, entretanto existe outro exemplo bastante alegórico: uma escada rolante; trata-se da primeira escada rolante instalada no Brasil, sua inauguração ocorreu, em 1955, na Galeria Prestes Maia, agilizando a conexão entre o Vale e a Praça do Patriarca. As escadas rolantes fazem parte das tecnologias desenvolvidas no século XIX durante a Segunda Revolução Industrial, contudo, dentro da lógica capitalista as ex-colônias de exploração vivenciam as inovações científicas e tecnológicas com atraso, essa escada começou a funcionar no século XX, no período que a Revolução Industrial Brasileira ocorria no Sudeste, sobretudo em São Paulo.

3.4 – Capela Nossa Senhora dos Aflitos

Dizer que a igreja tem papel fundamental na história é um chavão, contudo um chavão necessário e que requer reflexão, principalmente no Brasil contemporâneo marcado por políticas públicas alinhadas a um suposto discurso religioso que ofusca o Estado Laico. A história demonstra que a presença de discursos religiosos guiando leis e ações não é novidade, posto que interpretações religiosas orientaram e influenciaram ideologias, a exemplo da “narrativa religiosa” oriunda da Europa que justificava escravizar africanos e “absolver” alguns nativos da América. A igreja teve e tem forte presença no espaço geográfico brasileiro, constituindo bases sociais, econômicas, filosóficas, morais e influenciando na produção do espaço, ou seja, compõe diretamente decisões políticas. A atual relação Estado – Igreja foi firmada no período Colonial e pode ser compreendida um pouco melhor a partir dos pontos sacros que compõem o roteiro “Além dos Túmulos”.

Na Rua dos Aflitos, no bairro da Liberdade, está a Capela dos Aflitos, este templo, tombado em 1991 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp), já funcionou como prisão e nos ajuda a observar algumas características do Brasil desde o período Colonial até os dias atuais. Trata-se do segundo ponto mais antigo do roteiro, fundada na segunda metade do século XVIII, em 1775, quando

o Brasil ainda era oficialmente uma extensão territorial além-mar de Portugal e, acima de tudo, uma colônia de exploração; sua inauguração deu-se 47 anos antes da transição para o período imperial. A história indica que muito terrorismo, amargor e sofrimentos marcaram a Capela e seu entorno e, os relatos dos assassinatos e desumanidades que ali ocorreram justificam sua inclusão no roteiro “Além dos Túmulos”.

Segundo o professor Nicolau Sevcenko (2004), das mais de 100 mil ruas da região metropolitana de São Paulo uma se destaca, não por sua centralidade econômica ou beleza arquitetônica, mas por sua história pouco divulgada, quase oculta, mas que revela um passado que contrapõe a fantasia que se pretende apresentar como nossa história. Trata-se da Rua São Paulo, um eixo destinado a circulação de mercadorias entre São Paulo e Santos durante o período colonial e imperial. Atualmente a rua integra o bairro da Liberdade e está muito próxima da Praça da Sé, mesmo fincada na porção central do município é pouco conhecida e referenciada historicamente; contudo ali ficava, nas palavras do professor Sevcenko, um espaço maldito da cidade: a forca.

A forca e a Capela dos Aflitos têm histórias concomitantes, ambas foram construídas em 1775. A forca, instrumento de tormento e morte foi erguida, sob ordem do Vice - Rei Marquês de Lavradio, para alcançar dois objetivos: executar “criminosos” e disseminar a política do medo, principalmente nos “escravos rebeldes” que sonhavam com a liberdade. Próximo a forca um pelourinho foi construído com intuito de consolidar e fortalecer o poder através do medo e da tortura, desta forma foi construído um espaço maldito para os negros e, simultaneamente, um espaço de imposições, conquistas e acúmulo de poder para os “homens bons”, termo que designava brancos ricos, proprietários de terras, escravocratas, católicos e sem “impureza racial”. Segundo Celso de Andrade:

[...] a forca tinha um caráter exemplar coercitivo de manutenção da ordem, diz-se que era prática em São Paulo, como forma de impor a obediência quando fosse feito um enforcamento, ou outra penalidade no pelourinho, convocar todos os escravos da região, além da população local, certamente para demonstrar o que acontecia com aqueles que não seguissem à regra as normas estipuladas (2017, p. 80).

Em 1958, o jornalista Gabriel Marques comentou sobre a história da Rua dos Aflitos e dos enforcamentos no jornal “Folha da Noite”, afirmando que:

[...] essa rua “escondeu muito sangue e chupou muitas lágrimas”, ficou conhecida como “beco” e, antes disso, havia sido um triste cemitério. Para inibir a ação dos escravos fugitivos, muitas vezes, após ocorrer o enforcamento, costumava-se esquartejar, salgar e expor o corpo sobre o lombo de um burro percorrendo ao redor das vilas. E, após esse percurso, o corpo era atirado em covas e enterrado separado da cabeça. Esses fatos ocorreram até 1874, quando a pena de morte na força foi abolida. (Marques, 1958, apud Saito, 2008, p. 3).

Entre 1874 e 2021 passaram 147 anos, ou seja, poucas gerações nos separam do período em que a política de execução era legalizada e, aqui cabe questionar porque as execuções continuam tão constantes no país mesmo após a sua proibição? Aparentemente, muitas ideologias e políticas instauradas no passado não foram transpostas e ainda vigoram, mesmo que de maneira extraoficial e com outro *modus operandi*.

A força ficava no Largo da Forca, atual Praça da Liberdade, já o pelourinho ficava no Largo do Pelourinho, atual Largo Sete de Setembro, esses dois Largos, separados por menos de 300 metros, indicam que as políticas e as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, como a retirada da força, do pelourinho e o fim da escravidão, não foram suficientes para superar a segregação econômica, racial, social, espacial e tão pouco foram acompanhadas de outras políticas mais robustas para combater os problemas socioeconômicos. Portanto, mesmo com modificações, os elos históricos e os interesses que conduzem a produção dos espaços ao longo do tempo colocam, atualmente, o Brasil na lista dos dez países mais desiguais do mundo segundo o Índice de Gini, conforme divulgação feita pelo IBGE em 2020 na Síntese de Indicadores Sociais⁵. Infelizmente o potencial para piorar neste índice ainda é muito alto, principalmente no contexto da pandemia e das aprovações de políticas neoliberais.

A Capela dos Aflitos fazia parte do processo de tortura. Este templo também era destinado aos que seriam enforcados, servindo, ao mesmo tempo, como prisão e direito a um último contato com o sagrado (contextualizando a forte presença e coexistência, no espaço brasileiro, da religião e da violência). Obviamente construir uma capela com muitas portas e janelas estimularia a fuga dos sentenciados, por isso quem visita atualmente a Capela percebe sua semelhança com uma cela, trata-se de um espaço sacro diminuto e

⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>

claustrofóbico com apenas uma porta e sem janelas, do lado esquerdo de quem está de frente para o altar há um velório que era justamente a prisão e purgatório dos condenados que ali esperavam, aflitos, até serem levados para a forca (Jurkevics, 2021).

Em 1775 é instaurado, em frente à Capela dos Aflitos, o primeiro cemitério público da cidade, o Cemitério dos Aflitos, que funcionou por quase um século e, deixou de ser utilizado em 1858, ano que foi inaugurado o segundo cemitério da cidade de São Paulo, o Cemitério da Consolação. O Cemitério dos Aflitos era destinado à população marginalizada, escravos, pobres, indigentes, soldados de baixa patente e também os enforcados; já as pessoas com posses e influentes eram, naquele período, sepultadas em suas propriedades, mausoléus familiares e dentro das igrejas. Segundo a arqueóloga do IPHAN, Leila Maria França, quanto mais próximo do altar ficava o túmulo mais importante e poderoso era o finado, demonstrando que até na morte existe especulação imobiliária e segregação social e espacial.

Em 2018, a demolição de um prédio na Rua Galvão Bueno permitiu uma investigação arqueológica próxima da Capela. A pesquisa reafirmou a presença do cemitério e, vestígios observados durante a escavação corroboraram que ali estão enterradas pessoas que eram marginalizadas; a ausência de pregos e adornos sustenta a afirmação; entretanto “uma das ossadas foi encontrada com contas de vidro no pescoço, dedicadas a Ogum, de religião de matriz africana”, diz Lúcia Juliani, diretora da empresa “A Lasca”, contratada para realizar a consultoria arqueológica na região. Após as escavações, movimentos sociais levantaram o debate público sobre a importância de preservar e divulgar a histórica do local como um espaço de escravidão, tortura e assassinato de africanos, também existe o propósito de restaurar a Capela e seu entorno para criar um centro de referência da memória negra paulistana. Segundo as análises de Hannah Arendt, baseadas nos estudos de Reginald Haynes Barrow, “*a desgraça da escravidão consistia não só no fato de que o indivíduo era privado de liberdade e de visibilidade, mas também no medo desses mesmos indivíduos [...] de que morreriam sem deixar vestígio algum de terem existido*” (Arendt, 2007, p. 65).

O entorno do atual Largo da Liberdade abrange quatro pontos que ajudam a resgatar nossa história de exclusão e crimes: a forca, a capela, o cemitério e o pelourinho.

No Brasil a palavra pelourinho é, por diversas vezes, associada a uma região da cidade de Salvador, na Bahia, entretanto esse instrumento de tortura, um poste onde os

escravos eram amarrados e castigados, esteve presente em muitos locais do mundo, em alguns países o pelourinho é preservado como um marco que ajuda a guardar a história, ainda que funesta; no Brasil a maioria dos pelourinhos foram retirados das praças públicas e, nesses locais ficaram histórias que vão enevoando com o passar das gerações.

Durante uma aula de Regionalização do Espaço Brasileiro no departamento de geografia da USP, a professora Rita de Cássia Ariza da Cruz chamou a atenção da sala para o fato do bairro Liberdade ser reproduzido como o bairro dos japoneses e outros povos orientais, como chineses e coreanos, e que tal situação representa uma ressignificação espacial e um apagamento dos negros da história; obviamente a crítica não reside na presença dos povos orientais, mas no apagamento da outra parte da história.

Em 2018 o governador de São Paulo, Marcio França, assinou um decreto alterando o nome da estação do metrô e da praça “Liberdade” para “Japão-Liberdade”; quatro vereadores de quatro partidos diferentes (MDB, DEM, PSB e PSD) são os autores do projeto. Esta política gerou debates e críticas por ser considerada segregacionista e desnecessária, inclusive entre nipo-descendentes que destacaram ser um equívoco associar o bairro exclusivamente ao Japão, visto a forte presença de chineses e sul coreanos na região; também criticaram o apagamento das histórias africanas, das torturas e execuções que ocorreram no local antes da chegada dos japoneses no início do século XX. Por fim, os gastos públicos com novas placas para designar a nova toponímia foram considerados supérfluos no meio da crise econômica que já imperava em 2018, tendo melhor destino, na opinião dos críticos, se a verba fosse para a saúde, educação, moradia, etc. Segundo a professora da faculdade de Letras da USP, Patrícia Carvalhinhos (com quem tive a oportunidade de aprender um pouco mais da nossa língua na disciplina Toponímia), aproximadamente 60% dos projetos dos vereadores são referentes a alterações de nomes de ruas, algo desproporcional, quando comparado com os projetos voltados para a saúde e a educação. A professora Carvalhinhos ressalta que a toponímia original do bairro “Liberdade” tem relação com as execuções na força. Em março de 2020, um deputado estadual do PT propôs um projeto para alterar novamente o nome da estação do metrô e da praça “Japão-Liberdade” para “Japão-Liberdade-Africa” como forma de reparar a exclusão de uma parte importante da geografia histórica da cidade.

Dos diversos enforcamentos que ocorreram no Largo da Forca um é bastante recordado e, atualmente sua história é amplamente encontrada em artigos acadêmicos e textos de jornais; a história deste enforcamento integra algumas tradições presentes na Capela dos Aflitos: trata-se do enforcamento de Francisco José das Chagas, cuja desventura impregnou a crença de milagre e sacralidade que marcam a religião da região. Esta história possui relação com o processo de independência do país que culminou em 1822 e também com a criação do nome “Liberdade” para o bairro.

Chagas era um soldado negro que, em 1821, participou de um motim contra os frequentes atrasos nos soldos (Jurkevics, 2021). Seu regimento, aquartelado na cidade de Santos, estava há cinco anos com os soldos atrasados sendo que, as patentes mais baixas, formadas por negros e brasileiros, eram as que mais sofriam, já que os soldados brancos e portugueses recebiam o pagamento com maior regularidade. Ao final do motim os soldados venceram e receberam os soldos atrasados, entretanto Chagas foi considerado líder da rebelião. Existem indícios que ele assumiu a culpa para salvar outros soldados, sua punição e, principalmente, exemplo para futuras revoltas, foi a pena de morte na Praça da Forca. No dia do enforcamento, Chagas foi levado a Capela dos Aflitos onde rezou e ficou aprisionado esperando seus carrascos; na praça o povo aguardava o “espetáculo”, segundo o professor José de Souza Martins: “os enforcamentos, sentença comum da Justiça Brasileira até 1874, como aconteceu em outros lugares, tinha estrutura de espetáculo público (...) espetáculo ainda visível nos linchamentos de hoje” (2015, p. 10). No momento da execução a corda arrebentou, algo que representava o sinal do perdão divino. Algumas narrativas indicam que ocorreram outras duas tentativas de enforcamento e em todas as cordas arrebentaram. As pessoas que acompanhavam o suplício começaram a clamar por perdão e misericórdia. Alguns textos indicam que Chagas foi executado no chão por um carrasco que o estrangulou com uma tira de couro; outros que sua tortura terminou quando guardas portugueses o assassinaram a pauladas no chão, independente das versões a história converge que a multidão gritava “liberdade” no momento da sua morte, fato que deu origem ao atual nome da região.

Chagas foi convertido num santo popular e passou a ser chamado “Chaguinhas, o santo da liberdade”. Segundo histórias populares poucas horas depois de sua morte foi erguida, próximo a forca, uma cruz e, a ação do vento e da chuva não apagou as velas acesas

no local, o que foi visto como um milagre. Embora não tenha sido canonizado pelo Vaticano, muitas orações e pedidos são feitos a Chaguinhas na Capela dos Aflitos: atualmente fiéis depositam nas frestas da porta do velório, mesmo local onde esteve preso em 1821, fitas e papéis com pedidos de milagres e agradecimentos por graças alcançadas; é tradição, no momento de depositar a fita ou o papel na fresta, clamar ao santo e bater na porta três vezes, a mesma quantidade de vezes que tentaram enforcá-lo⁶.

No mesmo local onde ficava a cruz erguida pelos que clamavam perdão e misericórdia, foi construída a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados. Este templo, situado em frente a atual Praça da Liberdade, foi inaugurado em 1887, ou seja, treze anos após a abolição da pena de morte e um ano antes da lei áurea. A igreja homenageia Chaguinhas e as vítimas da força, aparentando uma política de reparação e, talvez, um pedido de desculpas pela cumplicidade com as atrocidades da escravidão e da tortura.

A história de Chagas tem relação com a complexa invenção do Brasil que transformou, a partir do culturalismo romântico e narrativas heroicas, a história da independência, “*a mais comum dessas transformações ocorre na narração de histórias e, de modo geral, na transposição artística de experiências individuais*” (Arendt, 2007, p. 60). Um ano após o assassinato de Chaguinhas as margens plácidas ouviram o brado retumbante. Naquele contexto era necessário que figuras públicas representassem o sentimento de oposição a exploração portuguesa; tais figuras e narrativas foram usadas para ofuscar a real condição do acordo comercial que envolvia o “rompimento com Portugal”. A história de Chaguinhas foi encarnada nessa alegoria devido sua luta contra as condições impostas pela Coroa. A algoz política da força permaneceu por mais 52 anos depois da independência. Pelo visto usar a imagem de Chaguinhas como meio para alcançar um fim foi bem vindo, mas alterar a política que o oprimiu não.

Essa história remete a demagogia política que elogia e enaltece, principalmente em datas comemorativas, serviços e servidores públicos, mas sem alterar as políticas de sucateamento e desvalorização, desta mesma forma ocorrem muitas das ações e discursos governamentais acerca, por exemplo, da educação; os políticos, que têm mais voz e influência que a maioria da população, geralmente convergem sobre a importância do ensino, mas se espalham e escondem no momento mais necessário, o de valorizá-lo e

⁶ Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,chaguinhas--o-santo-da-liberdade,1782539>

melhorá-lo. Aparentemente muitos governos se comportam como um aluno que só faz traquinagens o ano inteiro e no dia 15 de outubro leva uma maçã pro professor.

Segundo dados publicados no dia 24/11/2020 no *podcast* “Folha na Sala” do jornal “Folha de São Paulo”, em 1884, já nos últimos 5 anos do período imperial, o governo de D. Pedro II registrava aspectos políticos conectados com a atualidade; naquele momento 80% dos brasileiros eram analfabetos, índice que contribuiu para as políticas de violência; na Argentina, no mesmo ano, 54% eram analfabetos; poucas escolas e professores existiam no país, pois os ideais de uma educação pública e universal, desenvolvidas durante a Revolução Francesa e Revolução Industrial, não adentraram nossa monarquia escravocrata; enquanto 2% do orçamento total da Coroa era destinado a educação, 20% era destinado ao exército. Tais índices sociais demonstram parte das ações públicas do período imperial, e também suas prioridades e ausências no processo de formação de um Estado que estorvava através da “política da força” e na formação de uma Nação carente de boas políticas.

3.5 – Faculdade de Direito do Largo São Francisco

A faculdade de direito da USP está no roteiro “Além dos Túmulos” devido a um sepulcro erguido num de seus pátios, algo inusitado, mas compreensível pela lógica social do século XIX. No túmulo repousa Júlio Frank, estudante alemão que fugiu da Europa por conta de brigas e dívidas e chegou ao Brasil em 1828; em Sorocaba trabalhou como professor preparando jovens para o processo seletivo da faculdade de direito do Largo São Francisco, aparentemente Frank era um excelente e cativante professor, pois a elite estudantil de Sorocaba, após a aprovação no processo, o convidou para continuar lecionando em São Paulo, pois não queria ficar sem suas aulas; em 1834, Frank passou a lecionar num curso anexo à faculdade de direito, ministrando aulas de geografia, história e filosofia. Em pouco tempo tornou-se, devido sua didática e preocupação com os estudantes, um dos docentes mais prestigiados do Largo São Francisco. Fundou, junto com alguns estudantes, uma sociedade secreta que tinha alguns objetivos, como debater ideais liberais, republicanos e anti-absolutistas, outro objetivo dessa sociedade secreta era ajudar os estudantes mais pobres da faculdade; esse tipo de associação já existia em universidades alemãs e chamavam-se *Burschenschaft*, que significa “confraternização de camaradas”, em português a sociedade foi chamada de “Bucha”; algumas teorias da conspiração afirmam que, atualmente, são os membros da Bucha que controlam pilares políticos e econômicos do

Brasil. Júlio Frank morreu de pneumonia em 1841, por ser protestante não possuía plenos direitos de cidadão, visto que o Estado Laico passaria a existir a partir da Constituição de 1891, ou seja, 50 anos depois da sua morte, por isso não podia ser enterrado numa igreja ou solo considerado sagrado, nem mesmo no cemitério dos pobres e escravos, o Cemitério dos Aflitos. Para contornar essa questão, professores e estudantes decidiram construir, com a autorização do bispo de São Paulo, Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, o túmulo no pátio da Faculdade de Direito (Schmidt, 1942). A relação entre Estado e Igreja gera um diálogo entre Tibiriçá, no século XVI, e Frank, no século XIX.

Durante os 13 anos que viveu no Brasil, Júlio Frank ajudou a contextualizar a história do país, a Bucha, idealizada por ele, remete aos primórdios do pensamento republicano brasileiro, inclusive num momento de grande força monárquica. Frank não possuía plena cidadania, simplesmente porque não comungava com a fé católica, indicando como a teocracia também imperou naquela época. Assim como a história de Júlio Frank, o Largo São Francisco ajuda a contextualizar diversos aspectos políticos, socioeconômicos, históricos e geográficos tanto do passado como atuais.

A origem do ensino jurídico no Brasil tem relação com os ideais de emancipação política, apesar das nossas universidades serem um reflexo do exterior. Diferentemente da colônia portuguesa, regiões das colônias hispânicas desenvolveram, séculos antes da independência, universidades, como a Nacional Maior de São Marcos fundada em 1551 em Lima. Segundo a professora Arabela Campos Oliven:

[...] o desenvolvimento do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde (2002, p. 24).

No Brasil as políticas e métodos de ensino universitário aos moldes europeus desenvolvem-se a partir de 1808 quando a vinda da família real nos confere ares de metrópole. Nesse contexto, era costume da elite brasileira (ou elite do atraso), durante o período colonial e imperial, ir a Europa estudar e regressar a pátria mãe com um diploma. O

principal destino desse intercâmbio nada recíproco era a Universidade de Coimbra, considerada até o início do século XIX uma extensão educacional do país devido a grande quantidade de brasileiros ali graduados; segundo Anísio Teixeira (1968, n.p.), “*embora a metrópole não tenha permitido a universidade no território da colônia, abriu-nos as portas para a Universidade de Coimbra, talvez para melhor forçar nossa lealdade à Coroa Portuguesa*”.

Para melhor compreender a história do ensino jurídico e sua geografia no país deve-se observar que, no inicio do século XIX, Nordeste e Sudeste tinham as maiores relevâncias políticas e econômicas do país; o declínio do ciclo da cana decorrente da competição com a produção canavieira na América Central insular e a ascensão do Sudeste por conta do ciclo no ouro no século XVIII geraram a transferência da capital nacional; Rio de Janeiro passa a exercer o destaque nacional que antes era de Salvador; a capital mudou, contudo a lógica colonial é mantida e aprimorada, a exemplos da economia voltada para o exterior e a formação da macrocefalia urbana. Atualmente a região Sudeste é a mais populosa do país abrangendo 42 % da população total, o Nordeste vêm em segundo lugar com 27%, juntas as duas regiões abrigam aproximadamente 70% de toda população brasileira, constituída, geralmente, por pessoas aglomeradas em metrópoles na borda leste.

No dia 11 de agosto 1827, aproximadamente cinco anos após a proclamação da independência, Dom Pedro I assinou a lei que estabeleceu a criação dos “*Cursos de Sciencias Jurídicas e Sociaes*”, em 1828 começaram as aulas nas duas primeiras faculdades de direito do país, uma no Nordeste, em Olinda, e outra no Sudeste, em São Paulo; a escolha das localizações das duas faculdades perpassou por critérios geográficos como relevância política, econômica e também o clima, conforme aponta Elizabeth Meirelles, professora da faculdade de direito da USP, no documentário “A origem dos cursos jurídicos no Brasil”⁷.

No mesmo documentário o professor da faculdade de direito da USP, Celso Campilongo, afirma que alunos brasileiros, durante o período colonial e imperial, eram hostilizados na Universidade de Coimbra, nessa direção um interesse esteve presente nos ideais da fundação do ensino jurídico no Brasil: evitar os constrangimentos da elite no exterior.

⁷ Documentário disponível em: <https://youtu.be/XPFp6Nifb8k>

Durante as aulas de “Migrações e Trabalho”, disciplina ministrada pelo professor Heinz Dieter Heidemann no departamento de geografia da USP, foram abordados três pontos que dificultam a travessia do migrante: acesso a documentação, conseguir um trabalho e assimilar a língua (talvez a questão do idioma explique o motivo de muitos brasileiros optarem por Portugal quando vão para outro país). Por diversas vezes, somado a esses três pontos, está o preconceito, aversão e ódio ao imigrante, ou seja, a ideologia xenofóbica que fomenta diversas violências que vão de ofensas verbais a assassinatos; com outras palavras, o professor Campilongo ressaltou que a xenofobia atingiu a elite nacional e uma política foi acionada para tentar contornar o problema. Aqui vislumbramos uma ação política pensada pela elite para a elite, apesar dos imensos benefícios sociais, educacionais e econômicos que a criação da faculdade de direito do Largo São Francisco teve e tem para São Paulo, inclusive no processo de abolição, é importante refletir que os sofrimentos da população com mais dinheiro geraram sensibilidades expressas numa política; 61 anos depois da instauração do ensino jurídico no país os imigrantes africanos foram “livertos” enquanto uma política jurídico-econômica de reparação era destinada aos escravocratas, devido o “ônus e perda da propriedade”. Pelo visto os “constrangimentos” que africanos e afrodescendentes passaram (e passam) não sensibilizaram vozes políticas de maneira tão significativa como as que ergueram uma faculdade.

Curiosamente e infelizmente em abril de 2019 estudantes brasileiros denunciaram atos xenofóbicos que ocorreram nas instalações da Universidade de Coimbra, pedras dentro de um cesto eram oferecidas na entrada da universidade para serem atiradas em “zucas”, apelido pejorativo usado em Portugal para designar brasileiros; segundo a reportagem do jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 29 de abril, a hostilização ocorreu num ano em que o número de alunos brasileiros em Lisboa aumentou, fazendo com que alguns estudantes portugueses sentissem “suas vagas sendo roubadas”. Por vezes viajamos com objetivo de apreciar alguma rugosidade incorporada ao solo considerada histórica, talvez um vilarejo pitoresco, igreja, teatro, fortaleza, prédio, praça, etc, esse tipo de turismo é uma forma de vivenciar o passado, entretanto algumas relações sociais aparentam ser um elo mais sólido e permanente que algumas construções antigas.

A construção da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no século XIX, é fundamental no processo de valorização do espaço urbano paulistano, fato expresso no

crescimento horizontal e vertical da cidade a partir da região central; é notório que a faculdade também confere a emancipação política da cidade; desde sua inauguração estudantes e professores fomentaram o debate e a reflexão sobre diversas questões socioeconômicas, além de protagonizaram relativas mudanças nos paradigmas públicos, por exemplo, no movimento abolicionista, no movimento republicano, nas diretas já e também na criação do Instituto Sou da Paz.

A instauração dos cursos jurídicos trouxe melhorias sociais, entretanto, as crises em vários setores políticos tangencia nosso poder judiciário. Nas aulas baseadas em Hannah Arendt, o professor da Faculdade de Educação da USP, José Sérgio Fonseca de Carvalho, explicava que a crise dilacera fachadas, oblitera preconceitos, gera confusão e põe a nu. No auge da crise se perde o conceito do que é bom e do que é mal, pois se perde parâmetros históricos. O professor José Sérgio Fonseca de Carvalho relatava que responder a crise com preconceitos e chavões impede o olhar para o real e, sendo a crise uma possível ruptura com a tradição, representa oportunidades para justiça ou injustiça.

A faculdade de direito da USP carrega, desde sua origem, aspectos da justiça e injustiça do país; a faculdade promove o bem estar social e noções de justiça através de bons projetos públicos, como a criação do “Departamento Jurídico XI de Agosto”, entidade que presta assistência jurídica gratuita à população que não pode pagar por tal serviço, e no “Cursinho do XI”, curso pré-vestibular que ajuda estudantes carentes a ingressarem no ensino superior público; entretanto, a faculdade também representa a segregação socioeconômica, aspecto observado desde o vestibular até o elitismo na área do direito, algo que pode incitar a separação entre as bases do direito oficial (legalizado), e as bases do direito paralelo (popular), conforme apontou o professor José de Souza Martins no livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil” (2015), ao definir linchamentos como crimes públicos praticados, dentre vários motivos, pela descrença na justiça institucional.

Exemplos de injustiças aliadas ao setor judicial não faltam no Brasil; a fiança por vezes é apontada como um método de segregar os que possuem dinheiro, portanto também possuem direitos, em contraposição a pobreza e consequentemente a ausência de direitos, nesse contexto a justiça aproxima-se da noção de privilégio. Deve-se atentar que criticar o sistema jurídico brasileiro não representa preconizar ou desejar seu fim, pois seria o mesmo que dizer: “porque o atendimento na UBS é demorado devemos acabar com o SUS”; criticar

o sistema jurídico representa, neste trabalho, almejar uma profunda reforma nos paradigmas e nas bases judiciais, criticada diversas vezes por acostar-se em práticas imparciais, confusas e elitistas.

O Palácio da Justiça, em frente à Praça Clóvis e a poucos metros do Largo São Francisco, foi incluído no roteiro “Além dos Túmulos” devido supostas assombrações; algumas pessoas afirmam que dentro do suntuoso palácio escutam-se frequentes choros e lamentações de espectros, segundo lendas urbanas esses ruídos e lamúrias vêm dos que foram condenados injustamente nas cortes de São Paulo.

Quiçá a Faculdade de Direito da USP novamente seja protagonista das futuras reformas jurídicas voltadas a uma justiça pública mais humana. Tardiamente, em 2017, foi aprovada a lei de cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas na Faculdade, a lei passou a valer a partir do vestibular de 2018; talvez as recentes mudanças no perfil socioeconômico de alguns estudantes, mesmo que timidamente, resulte em expressivas alterações no pensamento jurídico brasileiro.

Conforme citado anteriormente, desde sua origem os cursos jurídicos brasileiros carregam aspectos segregacionistas; no site da presidência da república⁸ consta a lei de 11 de agosto de 1827, reproduzida a seguir conforme a ortografia da época. Essa lei permite uma reflexão acerca da ordem política e moral que predominava, também foi reproduzido o artigo oitavo indicando os pré-requisitos para ser aceito no Largo São Francisco, exigências pretéritas que dialogam com a atual lógica excludente do vestibular:

“Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º - Crear-se-ão dous Cursos de Sciencias Jurídicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda, e nelles no espaço de cinco annos, e em nove cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes:

1.º ANNO

1ª Cadeira. Direito natural, publico, Analyse de Constituição do Império, Direito das gentes, e diplomacia.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-11-9-1826.htm

2.º ANNO

1ª Cadeira. Continuação das materias do anno antecedente.

2ª Cadeira. Direito publico ecclesiastico.

3.º ANNO

1ª Cadeira. Direito patrio civil.

2ª Cadeira. Direito patrio criminal com a theoria do processo criminal.

4.º ANNO

1ª Cadeira. Continuação do direito patrio civil.

2ª Cadeira. Direito mercantil e marítimo.

5.º ANNO

1ª Cadeira. Economia politica.

2ª Cadeira. Theoria e pratica do processo adoptado pelas leis do Imperio.

Art. 8.º - Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Juridicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze annos completos, e de approvação da Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria.

Numa alegoria relativa à educação Dom Pedro I poderia representar o vestibular, enquanto Júlio Frank representaria os professores engajados dos cursinhos pré-vestibulares. Duas “figuras” que, já no século XIX, indicavam, ainda que com outros nomes, parte de um processo segregacionista: o vestibular e o difícil acesso a uma boa educação.

3.6 – Breve análise dos outros pontos do roteiro

Nesta parte do trabalho serão apresentados, de forma sucinta, alguns aspectos políticos que tangenciam os pontos do roteiro “Além dos Túmulos” que ainda não foram abordados, começando pelos cemitérios⁹.

⁹ Alguns pontos do roteiro “Além dos Túmulos” receberam maior destaque neste trabalho. Isto ocorreu porque certas construções como o Vale do Anhangabaú e a Capela dos Aflitos evidenciaram, durante o processo de pesquisa, expressiva relevância para o cerne desta monografia e significativa correlação com temas relativos à desigualdade e à política. Em outras palavras: a política e a desigualdade não permeiam apenas uma parte do roteiro, entretanto parte do roteiro foi evidenciado a título de exemplificação e visando dar mais consistência à argumentação contida neste texto.

A maioria dos cemitérios de São Paulo desenvolveram-se a partir de propostas políticas e debates, iniciadas no século XVIII, entre o direito ao espaço do sepultamento, visto como sagrado, e questões sanitárias (Martins, 2008); mal cheiro e doenças foram relacionados ao processo sepulcral, fomentando mudanças a partir de políticas públicas que separavam o espaço dos vivos e dos mortos; causando uma reconfiguração do espaço urbano paulistano.

O cemitério da Consolação, inaugurado em 1858, é o segundo cemitério público de São Paulo, sendo o primeiro planejado para a elite, já que o extinto cemitério dos Aflitos era destinado a escravos e pobres; o cemitério da Consolação é também o mais antigo do país em funcionamento. Antes da inauguração das necrópoles muitos sepultamentos ocorriam no chão e paredes das igrejas, prática similar aos sepultamentos realizados, até hoje, na cripta da Catedral da Sé.

O cemitério do Araçá, inaugurado em 1887, era destinado aos imigrantes que estavam prosperando, representando, na época, a separação entre o cemitério da Consolação, destinado a “elite tradicional”, e o Araçá, voltado para os emergentes. Atualmente ambos atendem a elite financeira. Neste trabalho o cemitério da Consolação servirá de base para as análises sobre política e necrópoles.

Atividades culturais já foram realizadas no Cemitério da Consolação. Na Virada Cultural de 2014 o cineasta José Mojica Marins, o Zé do Caixão, contou histórias de terror dentro do cemitério para mais de 200 pessoas; a peça “Para gelar a alma”, inspirada em contos de Edgar Allan Poe, foi encenada, em 2016, na capela do cemitério.

No cemitério da Consolação repousam expressivas histórias de políticos, escritores, artistas, intelectuais, empresários... O professor José de Souza Martins (2008) afirma que gosta de percorrer o Cemitério da Consolação como um dos lugares que ainda vivem, de maneira fortemente simbólica, muitos personagens históricos. Segundo o emérito professor da USP, este é um passeio dentro de nossa alma coletiva. Os símbolos e histórias são diversos, das belas obras tumulares da elite paulista aos suntuosos e abandonados mausoléus dos Barões do Café demonstrando quão poderosos e influentes foram seus latifúndios a ponto de patrocinar, juntamente com o Estado, a industrialização brasileira nas primeiras décadas do século XX.

José de Souza Martins ensinava, num percurso-aula que realizava com seus alunos pelo Cemitério da Consolação, parte da história e sociologia de São Paulo e do Brasil; nessa aula era ressaltado como as personalidades póstumas participaram do processo de formação socioeconômica do país. Dentre as personalidades analisadas pelo professor está o padre Ildefonso Xavier Ferreira (1795 – 1871), um dos primeiros professores da Faculdade de Direito do Largo São Francisco que contribuiu, “nos bastidores”, para a narrativa teatral da independência do Brasil quando, ao saudar Dom Pedro I, aclamou-o dizendo: “Viva o primeiro rei brasileiro, independência ou morte!”, o encontro entre o monarca e o jovem clérigo ocorreu no Teatro Ópera, que ficava no Pátio do Colégio, a elite paulista percebeu na saudação do padre o ar romântico que faltava na retórica política e econômica presentes na “separação” com a metrópole (Martins, 2008).

Outra figura apresentada pelo professor José de Souza Martins é Maria Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos (1797 – 1867), popularmente conhecida como amante de D. Pedro I; Maria Domitila teve importante participação na geografia da cidade ao doar o terreno e os recursos para a construção do Cemitério da Consolação situado, na época, numa região desvalorizada; tal fato fez parte das mudanças nos ritos sepulcrais e também na separação entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos. Atualmente, a bela lápide da Marquesa tornou-se uma espécie de altar, algumas pessoas que sonham em casar rezam em frente ao túmulo de Domitila, vista como uma santa que intercede pelos que rogam por um bom matrimônio; a devoção vem da história ocorrida num período mais machista que o atual, o século XIX; mesmo depois de ser banida da Corte carregando a fama de amante, a Marquesa de Santos conseguiu realizar um bom casamento com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, patrono da polícia militar de São Paulo e homenageado pelo batalhão de choque, a ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar. Essa história é compreendida, por alguns, como um milagre e a protagonista, uma santa (Martins, 2008).

Outra personalidade histórica que repousa no cemitério da Consolação é Eduardo da Silva Prado, descendente de uma famosa oligarquia agrária e política de São Paulo; o escritor Eça de Queiroz era amigo de Padro que, inspirou o autor lusitano a criar o personagem Jacinto de Tormes, do livro “A cidade e as serras” (Martins, 2008).

O cemitério da Consolação e seus inquilinos parecem um elo entre o século XIX e XXI, indicando que o nosso passado, “que ainda não é nem mesmo velho”, por vezes ganha

aparências milenares; o professor Luís Inácio Romeiro de Anhaia Melo, nascido em 1891, ajuda a ilustrar essa questão: foi aluno de Ramos de Azevedo e ajudou a fundar, em 1948, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi também o primeiro diretor dessa faculdade; Anhaia Melo faleceu em 1974, quando a jovem guarda já não era tão jovem e os Novos Baianos cantavam “A menina dança”. O historiador Caio Prado Júnior (1907 – 1990), descendente da família Prado (conforme citado anteriormente, famosa oligarquia agrária e política de São Paulo), também ajuda, de maneira ainda mais recente, a apontar esse elo.

Seguindo a análise deste trabalho, serão apresentados os três últimos pontos do roteiro que não foram abordados até aqui: Casa de Dona Yayá, Castelinho da Rua Apa e Edifício Joelma.

A casa de Dona Yayá era, até o início do século XX, uma das primeiras construções no Bixiga¹⁰, bairro situado na atual zona central da cidade de São Paulo; naquele período a casa fazia parte de uma chácara que limitava a região urbana, ao norte, e a rural, ao sul; situação que contextualiza características do avanço horizontal da cidade nos últimos cem anos, ou seja, uma história geográfica relativamente recente.

Sebastiana de Melo Freire, carinhosamente chamada de Yayá, também era descendente da oligarquia agrária e política de São Paulo. Em 1914 contraiu gripe espanhola, após a recuperação começou a apresentar sinais de demência, recebendo uma série de tratamentos considerados, atualmente, impróprios e desumanos¹¹.

Yayá foi tratada por vários médicos, inclusive pelo Dr. Francisco Franco da Rocha, idealizador do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, e pelo Dr. Juliano Moreira, considerado o fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. A casa de Dona Yayá foi transformada num manicômio particular com aspectos prisionais. Situação que gera uma indagação: se a elite recebia, quando diagnosticada com demência, tratamentos inadequados, como eram tratados os pobres com o mesmo quadro clínico?

¹⁰ Disponível em: <http://www.portaldobixiga.com.br/casa-da-dona-yaya/>

¹¹ A loucura e seus supostos tratamentos podem ser analisados a partir dos livros “A história da loucura” (1978), de Michel Foucault; “Holocausto brasileiro” (2013), de Daniela Arbex; e no conto “O Alienista” (1882), de Machado de Assis.

A família Melo Freire possuía muitas propriedades em São Paulo e Mogi das Cruzes e, através de doações, patrocinaram algumas construções paulistanas, como a edificação da Catedral da Sé. Yayá nasceu em 1887 e morreu em 1961 sem deixar herdeiros, depois de diversos trâmites burocráticos a casa, tombada pelo Conpresp em 2003, passou a ser um centro de exposições culturais administrado pela USP. Lendas afirmam que os choros e gritos de Yayá, oriundos dos tratamentos desumanos, ressoam até hoje no casarão.

O Castelinho da Rua Apa, construído em 1912, lembra uma pequena fortaleza medieval. Segundo reportagem publicada em 2017 no jornal Folha de São Paulo, o imóvel estava, desde a década de 1980, em ruínas; sendo ocupado por famílias sem casa. Em 2004 o castelinho foi tombado pelo Conpresp e, após uma reforma concluída em 2017, foi cogitado transformá-lo no Museu do Crime, devido ao crime, até hoje misterioso, ocorrido em 1937: a família que ali morava foi assassinada. O “crime do castelinho” motivou a inclusão do imóvel no roteiro “Além dos Túmulos”. O governo de São Paulo acabou rejeitando a ideia do museu e decidiu transformar o castelinho num espaço destinado ao acolhimento de pessoas em vulnerabilidade social, atualmente o espaço é administrado pela ONG “Clube das Mães”. Este ponto do roteiro remete a desvalorização e abandono da região central quando novas áreas centrais, como as avenidas Paulista e Berrini, emergem. O ponto também demonstra outras questões, como a falta de moradia e a especulação imobiliária.

Por fim, o edifício Joelma, o ponto mais “jovem” do roteiro foi inaugurado na década de 1970; o prédio comercial é lembrado pelo incêndio ocorrido em 1974, vitimando centenas de pessoas. O incêndio do edifício Joelma, rebatizado “edifício Praça da Bandeira”, realça a necessidade de primar políticas de segurança para tentar driblar a infeliz combinação entre ganância, negligência e tragédia:

No Brasil, infelizmente, a área de segurança contra incêndios se impulsiona somente após a ocorrência de grandes tragédias. A exemplo disso, dois ocorridos na década de 1970, os incêndios nos edifícios Andraus e Joelma, resultaram na sensibilização das autoridades e acadêmicos e levou à criação do Laboratório de Ensaios de Fogo no Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, no Estado de São Paulo (Mendonça, 2014, p. 58).

Capítulo 4 – A política e o roteiro “Além dos Túmulos”

No livro “A condição humana” (2007) a filósofa Hannah Arendt expõe dois conceitos, denominados “domínios”, para refletir sobre a política: o domínio do que é público e o domínio do que é privado. Este trabalho tem na geografia sua base, contudo as aulas filosóficas do professor da Faculdade de Educação da USP, José Sérgio Fonseca de Carvalho, acerca de Arendt e da política ajudaram a desenvolver uma compreensão sobre as relações públicas e privadas no espaço geográfico, sendo este, o pensamento base deste capítulo.

No livro “Dicionário de conceitos históricos”, a professora da UFPE, Kalina Vanderlei Silva, e o professor da CEFET – PE, Maciel Henrique Silva, fazem um apanhado de pensadores que refletiram a política e suas ramificações. Segundo os dois autores, a política é associada ao conceito de poder e Estado, contudo a análise do poder político controlado pelo Estado é limitada, pois o poder e a política estariam disseminados na sociedade; o poder pode ser compreendido como a arte de persuasão e a busca de legitimidade, sendo que atualmente são repensadas e discutidas as relações entre poder, política e ética. Para Michel Foucault o poder está em todo lugar; para Max Weber as relações de poder ocorrem através de negociações ou conflitos; já Aristóteles possuía uma visão otimista, e também moral, sobre a política ao associá-la com a virtude, para Aristóteles a política é uma pedagogia que transforma homens em cidadãos e tem como finalidade o sumo bem, o filósofo grego indica que todas as ciências deveriam agregar a política (Silva & Silva, 2008).

A filósofa Hannah Arendt elaborou durante sua vida acadêmica uma importante análise política ao discorrer sobre o domínio público e o domínio privado em diversos aspectos da sociedade; os pontos do roteiro “Além dos Túmulos” ajudam a ilustrar parte da complexa disputa entre os interesses públicos e privados no Brasil.

A política é inerente a tudo que paira sobre o interesse público e possui relevância na esfera coletiva; o oposto desse sentido seria o particular, o privado. Arendt (2007) exemplifica a dor física como uma sensação privada difícil de transpor e traduzir para o domínio público, sendo, a dor, uma experiência limítrofe entre a vida, própria da esfera pública, e a morte.

Arendt aponta que o senso de realidade é próprio do domínio público; a noção de realidade, que pode diferir a depender da sociedade e da região, faz parte de uma

transferência de culturas e valores. A noção de realidade das crianças não é a mesma dos adultos; a formação que é transmitida de uma geração para outra permeia uma série de ideologias e moralismos pré-existentes inerentes a um contexto socioeconômico e histórico que acaba marcando gerações subsequentes em seus interesses coletivos, “*se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais*” (Arendt, 2007, p. 64).

O público significa o próprio mundo “[...] na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele (...) e tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas” (Arendt, 2007, p. 62). O público está relacionado à exposição e admiração, como algo a ser usado e consumido pela vaidade, como a necessidade de um *status* na sociedade do espetáculo; nessa lógica a filósofa equipara admiração pública à recompensa monetária, remetendo a espetacularização política em diversos âmbitos.

A divulgação e exposição, por exemplo, da vida privada das celebridades, pode criar uma ideia de realidade, que é apartada da maioria que consome esse *status* ou busca reproduzi-lo, indicando a construção de uma suposta realidade. Para Arendt (2007) o senso de realidade depende totalmente das aparências, e os aspectos privados, que são importantes e relevantes dentro do domínio privado, podem ser falsificados e pervertidos quando utilizados para fins políticos.

O privado está ligado a privação, segundo a filósofa o domínio privado é de grande relevância e importância, contudo na forma mais extrema representa o anti-humano. Enquanto Karl Marx indica a decadência do Estado, Hannah Arendt (2007) aponta a decadência da esfera pública e a aniquilação da esfera privada; o lugar-próprio e privado, que pode ser relacionado ao roubo e tirania, não deve ser confundido com a necessidade de um lugar próprio e privado para formar uma sociedade humana e política, a exemplo de políticas que buscam uma existência mais humana a partir de projetos de moradia, algo extremamente necessário num país com mais de 6,9 milhões de famílias sem casa, segundo dados do censo de 2010. No Brasil ter uma casa é um privilégio. Quando se compara preços de imóveis com o salário médio da população percebe-se que políticas públicas são necessárias para assegurar a propriedade privada. Na atual condição socioeconômica a maioria dos trabalhadores não consegue ingressar na vida política, pois dedicam-se,

geralmente, a atividades alienantes para suprir necessidades básicas e talvez, depois de muitos anos, ter mais ou menos 60 metros quadrados de espaço privado:

[...] o enorme acumulo de riqueza ainda em curso na sociedade moderna (...) que teve início com a expropriação, jamais demostrou grande consideração pela propriedade privada; ao contrário, sacrificava-a sempre que ela entrava em conflito com o acúmulo de riqueza (Arendt, 2007, p. 76 e 77).

Para Arendt (2007) existe uma transição quando a riqueza comum torna-se política ou, nas palavras da autora, preocupação pública, pois essa preocupação controla o governo para proteger propriedades e interesses privados e não para promover a política, sendo que tal lógica passou a destruir o mundo.

O processo neoliberal no Brasil a partir da década de 90 transferiu, a passos largos, o poder da intervenção pública para o controle privado; a famosa privatização, que fomentou o chamado Estado Mínimo marcado pela redução de direitos e serviços, transformou o almejado bem estar social numa mercadoria, e o cidadão num consumidor; nesse contexto vozes se levantam, conforme observou Milton Santos (2009, p. 84), defendendo o consumismo como manobra política, dando a ilusão de poder através do consumo, o que na realidade em nada muda as estruturas de poder, tão pouco dá poder a população.

O filme Coringa (2019) expõe um Estado (Gotham City) com poucas ações políticas, e pressupõe que tal sistema pode suscitar a insanidade, principalmente quando a sociedade é exposta a extrema privação, situação denominada por Arendt, de anti-humano. O filme leva a refletir quantas cidades reais vivenciam o processo da desassistência política.

Quando o privado controla o público, apropriando-se de espaços como política de proteção das riquezas e propriedades, a maior parcela da população é destinada a apenas uma propriedade: a força de trabalho, e a necessidade de vendê-la.

Qualquer tema de interesse coletivo é intrínseco à política e está no campo do direito humano. Já algo inacessível a maior parte de uma população é observado como um privilégio, algo aparentemente destinado a uma ou poucas pessoas, próprio do campo particular. Um político despotá governa aquilo que é público como privado, sua vontade vira lei. No Brasil muitas questões entendidas como direito público (saúde, educação, lazer,

moradia, liberdade, justiça, humanidade...) constantemente são tratadas como privilégio: nesse contexto o roteiro “Além dos Túmulos” nos permite contextualizar o público e privado no espaço geográfico de São Paulo.

Os interesses privados, geralmente, apartam as pessoas da política; segundo Arendt (2007) a política está ligada ao público e a maior divulgação possível e, muitas demandas populacionais não recebem a necessária divulgação, ficando na obscuridade. O público está ligado com a participação da vida política: vendo, ouvindo e falando, o oposto disso é o privado. A política é dotada de “logus”, ou seja, ter a palavra; a maioria das pessoas, mesmo sem distúrbio ou deficiência na fala, são desprovidas de palavra, pois a atual democracia brasileira não proporciona isegoria: portanto, a maioria da população não possui “logus”. Somos corpos produzindo ruídos políticos, mesmo com a impressão que nossas ideias públicas possuem mais coerência em relação às proferidas por muitos políticos profissionais.

A disputa entre o público e o privado pode ser observada e narrada em diversas perspectivas, uma delas é a visão utópica, onde o debate e a persuasão democrática, sustentada por instituições sólidas e justas, promoveriam o bem coletivo e uma condição de vida mais prazerosa no âmbito público e também privado; as tecnologias e conhecimentos produzidos favoreceriam o desenvolvimento humano e eliminaria as desigualdades socioeconômicas, propiciando uma sociedade mais harmoniosa que incentivaria a participação de todos na vida política. Segundo Milton Santos (2009) uma sociedade mais igualitária será alcançada através da modificação do modo de consumo e da estrutura de produção.

Segundo Arendt (1967), o poder político cria obstáculos para uma sociedade mais justa, pois verdade e política não se associam bem, estão em conflito; a filósofa questiona se é próprio do poder o engano, a ausência da boa-fé e sinceridade. Tal pensamento dialoga com um sentimento que aparentemente reside em muitos brasileiros, a sensação de vivenciar uma falsa democracia, constituída por políticas elaboradas para darem rasteiras na população, na música “Pedro pedreiro” Chico Buarque diz: “*o tempo passa e a gente vai ficando pra trás*”. Nesse contexto torna-se um direito político questionar poderes, instituições e paradigmas quando estes fomentam retrocessos socioeconômicos e ambientais.

O roteiro “Além dos Túmulos” pode orientar alguns desses questionamentos, por exemplo: será que o Palácio da Justiça de São Paulo age com justiça? Qual é o perfil socioeconômico das pessoas que frequentam o Teatro Municipal? Quem, geralmente, estuda na Faculdade de Direito do Largo São Francisco? Por que e para quem foi construído o Cemitério da Consolação?

Arendt (1967) prossegue sua análise debruçando-se sobre a relação entre justiça e humanidade e questiona se um mundo privado de justiça e liberdade poderia ser chamado de humano.

Segundo Costa (2019), os campos de estudos da geografia política avançaram a partir do século XIX e hoje podem ser compreendidos a partir de duas perspectivas: a primeira debruçasse sobre uma relação denominada espaço-política, de ordem universal, a segunda analisa a relação território-poder, de ordem particular. Essa subdivisão remete as análises de Arendt sobre o domínio público e privado; nessa direção o professor Wanderley Messias da Costa destaca que “*toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção delimita ao mesmo tempo um espaço político*” (2019, p. 57, apud Costa, 1992). Portanto, para a geopolítica existe uma estrutura teórica e prática entre espaço, sociedade e produção que remete a política. A geografia política pode dar consistência teórica e empírica para a formulação e análise, por exemplo, de políticas públicas, além de ajudar a “*desvendar e pôr em relevo a dimensão especificamente territorial da política enquanto universalidade ideacional e material das sociedades ao longo da história*” (Costa, 2019, p. 57).

Segundo Iná Elias de Castro (2006) o nascimento da geografia política, e de todas as ciências sociais, como disciplina é marcado por um pecado original: sua relação com o processo de dominação das potências europeias, no século XIX; os conhecimentos produzidos por essas disciplinas foram usados pelo imperialismo com o intuito de dominar povos e territórios, sobretudo no continente africano e asiático. Para Joseph Conrad (1926, apud Castro, 2006) a conquista imperial envolve a expansão geográfica do Estado sobre outros territórios; nessa lógica a geografia e a história, quando atreladas ao negacionismo e revisionismo, podem servir, até nos dias atuais, como armas políticas que estimulam sentimentos nacionalistas e ufanistas exaltando, por exemplo, as descobertas e avanços científicos, mas esquecendo-se que as explorações no período colonial e neocolonial propiciaram tais desenvolvimentos.

No campo pedagógico é comum observar estudantes, principalmente do ensino médio e cursinhos pré-vestibulares, associarem a geopolítica a um ramo da geografia dedicado ao estudo de guerras, conflitos e tensões, principalmente no Oriente Médio. Tal associação não é leviana, pois muitos materiais didáticos transmitem este raciocínio através de textos e questões. Portanto cabe à geografia, enquanto campo disciplinar, e ao seu ensino, examinar se a disputa entre o público e o privado pode ser apresentada a partir de outras narrativas e perspectivas, principalmente na escala local, ou se existem estratégias para evitar um debate escolar mais amplo sobre política com intuito de manter o *status quo*: marcado pelo prevalecimento dos interesses privados.

Costa (2019) indica que no Brasil a geopolítica teve, durante algum tempo, hegemonia nos meios militares, sendo estabelecida na relação entre o pensamento acadêmico e sua materialização pelo governo militar, contudo, após a ditadura a geopolítica ganhou força na sociedade civil, estruturando bases e perspectivas mais críticas; situação que remete ao pensamento de Yves Lacoste sobre a gênese da geografia como ferramenta militar que foi, posteriormente, ampliada para outros campos teóricos e ideológicos.

A geopolítica, dentre diversas vertentes, analisa as disputas entre os interesses públicos e privados e, as bases imperialistas instauradas no período colonial ilustram essa disputa no Brasil. Apesar da importantíssima contribuição dos povos originários na configuração populacional e cultural é importante observar que as bases políticas atuais são uma extensão da “lógica” da exploração europeia. O espaço rural é um exemplo dessa afirmação. A partir de 1530 foi instaurada no nordeste a *plantation* com suas premissas: propriedade privada, latifúndio, mão-de-obra escrava, monocultura e exportação. Ora, a produção agrícola indígena era essencialmente antagônica a *plantation*, nesse contexto é importante notar o óbvio (que nem sempre é tão óbvio), é a atividade monocultora, voltada para o mercado externo e proveniente de latifúndios que impera atualmente gerando, inclusive, nos períodos de oscilação na bolsa de valores e valorização do dólar em relação ao real, a escassez de alimentos no país; em algumas fazendas o trabalho escravo e análogo à escravidão ainda sustenta essa produção.

Outra questão política e econômica que marcou, no período colonial e imperial, o processo de segregação no Brasil, é explicada pelo professor José de Souza Martins no livro “O cativeiro da terra” (2015); trata-se da relação entre propriedade e trabalho. Enquanto o

trabalho era escravo as terras eram livres, no sentido de serem compartidas entre “nobres”, nos últimos anos do século XIX, já no fim do período monárquico, o trabalho passa a ser assalariado e as terras se tornam cativas devido à estratégia de encarecimento das propriedades, um meio “legal” criado pelos donos de terras para que os latifúndios, e subsequentemente o poder, não saíssem do seu controle, essa política fomentou e fomenta: êxodo rural, vazios demográficos, inchaços urbanos, relações conturbadas entre posse e uso da terra, conflitos, assassinatos, grileiros e o elevadíssimo número de pessoas sem terra.

A política de encarecimento das terras foi concomitante com o “fim da escravidão” e também com os discursos eugenistas (que aparentemente voltaram com força na pandemia da COVID – 19), materializados na política de branqueamento da população quando o governo brasileiro incentivou a migração de europeus para substituir o trabalhador negro. A política de branqueamento foi ilustrada, na época, por Modesto Brocos, no controverso quadro intitulado "A Redenção de Cam" (1895).

Figura 1 - Quadro "A Redenção de Cam"



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d3/Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg>

De acordo com a Bíblia, Cam era filho de Noé, sua história é narrada no capítulo nove do livro de Gênesis, segundo essa passagem: Noé ficou bêbado e despiu-se no meio de sua tenda e Cam, ao invés de esconder a nudez do pai, contou o ocorrido aos seus dois irmãos, Sem e Jafé; este ato é interpretado como uma zombaria de Cam; Sem e Jafé cobriram Noé com uma capa, contudo desviaram seus olhares evitando mirar o corpo desnudo do pai; quando Noé despertou abençoou Sem e Jafé e amaldiçoou Cam, afirmando que este seria servo dos irmãos.

O quadro “A redenção de Cam” ilustra três gerações, a avó está agradecendo a Deus pela “salvação” na família, pois sua neta foi “redimida” ao herdar o fenótipo do genro; a criança representa o suposto resultado da política de branqueamento.

Esta passagem de Gênesis serviu como justificativa moral para a escravidão, no período colonial “teólogos” e latifundiários afirmavam que africanos e índios eram descendentes de Cam, por isso poderiam ser escravizados; até o século XIX, escravocratas estadunidenses utilizavam a mesma história da Bíblia para legitimar seus atos nas *plantations* de algodão. No Brasil existem “teólogos” e políticos que utilizam, atualmente, a mesma passagem para explicar os problemas sociais e econômicos presentes no continente africano, pois alegam que Cam migrou para a África e seus descendentes herdaram a maldição, contudo a Bíblia não indica tal migração e, mesmo que indicasse, seria incoerência histórica e cristã-moral relativizar os períodos de colonização e neocolonização na África e negar o princípio de amar o próximo como a ti mesmo. A lógica da escravidão está nos interesses econômicos e num egoísmo tão sórdido que permitiram que uma mentira, ou como dizem atualmente “fake news”, guiasse uma ideologia que supostamente perdoaria a rapina e a desumanidade.

Muitos pontos do roteiro “Além dos Túmulos” testemunham e ilustram a segregação racial no Brasil, a violência intrínseca a esse processo e a relação desse sistema com a Igreja. A lógica imposta através de políticas legalizadas por Portugal e continuada pela elite do atraso pode ser compreendida como o início das opulências e mazelas do Brasil rural e urbano, de norte a sul. O roteiro “Além dos Túmulos” contextualiza a lógica das magnitudes, expressas nas suntuosas construções, e das segregações, expressas nas ideologias que permeiam essas construções.

Capítulo 5 – Sobre a desigualdade

O professor André Roberto Martin, em suas aulas de geopolítica no departamento de geografia da USP, apontava que o espaço latino americano destaca-se por alguns aspectos geográficos, sendo eles: macrocefalia urbana, litoralidade, tropicalidade, desintegração e desigualdade. Esses aspectos remetem a um problema socioeconômico concebido no período colonial, e que ainda não teve seu cordão umbilical rompido. Pode-se incluir a tropicalidade como um “problema” porque a produção de gêneros agrícolas nas *plantations* (conhecidas na América Hispânica como *haciendas*) está vinculada a segregação do continente americano entre a América Latina – tropical e pensada principalmente para o mercado externo, e a América Anglo-Saxônica – temperada e pensada principalmente para o mercado interno. Não havia sentido econômico cruzar o Atlântico para plantar gêneros agrícolas de clima temperado, como trigo e beterraba, visto que já eram cultivados na Europa, portanto a separação da América em duas tem relação, dentre outros fatores, com o clima; “*cada vez mais, os lugares são qualificados pelas heranças em espaços construídos que possuem; no passado contudo as condições naturais prevaleciam na definição das “vocações” locais*” (Moraes, 2008, p. 42).

Os tipos de colonização (exploração e povoamento) geraram, entre as duas Américas, disparidades que podem ser expressas, atualmente, nos IDH's, pirâmides etárias e outros dados socioeconômicos.

No Brasil a concentração demográfica na borda leste, bem como de recursos materiais em áreas mais próximas do Oceano Atlântico revelam a má distribuição ao longo do território e uma logística estruturada para transportar, principalmente, gêneros primários através dos corredores de exportação. Os pontos do roteiro “Além dos Túmulos” estão relacionados com essa estrutura histórica e socioeconômica, pois a maioria das construções do roteiro carregam marcas do latifúndio cafeeiro e da industrialização, escoada e integrada ao Porto de Santos.

Na historiografia do roteiro verifica-se que os períodos do ciclo do café e o início da industrialização no país são concomitantes à edificação (ao molde europeu) da maioria dos pontos “Além dos Túmulos”, precisamente dez dos treze: Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Cemitério da Consolação, Cemitério do Araçá, Igreja Santa Cruz dos Enforcados,

Teatro Municipal, Casa de Dona Yayá, Castelinho da Rua Apa, Cripta da Catedral da Sé, Edifício Martinelli e Palácio da Justiça.

A participação dos cafeicultores de São Paulo no patrocínio da industrialização está conectada com o abismo econômico existente entre a região Sudeste e as demais regiões. Nesse sentido as análises da economista Tânia Bacelar (2000) se complementam aos estudos de Francisco de Oliveira (1987), e apontam que até o início do século XX o Brasil era um arquipélago constituído por economias regionais voltadas muito mais para fora do que para dentro do país. Estas economias regionais, ou ilhas econômicas, baseavam-se na exportação de gêneros agrícolas tropicais e eram reguladas por mercados externos, principalmente por países da Europa Ocidental e EUA. O país da sobremesa¹² observava a ascensão ou declínio de “suas ilhas” a partir dos interesses e necessidades daqueles que compravam seus bens primários. Trocando em miúdos, o Brasil República manteve boa parte da lógica política e econômica estabelecida no período colonial.

No final do século XIX a “ilha” que melhor se desenvolvia era o estado de São Paulo, graças a expansão na exportação do café; já o nordeste ia mal porque o açúcar ia mal, devido a competição com a produção açucareira em outras países latinos. A crise internacional nas primeiras décadas do século XX, motivada pelas Guerras Mundiais e a Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, colocaram as sobremesas no rodapé da lista de necessidades dos europeus e estadunidenses, forçando as elites rurais a repensar o Brasil e promover a industrialização para não depender exclusivamente da exportação agrícola. Foi a partir da industrialização que começou um processo de consolidação do “arquipélago” com o fortalecimento de um mercado interno e a substituição de algumas importações. A articulação das regiões será marcada pelas desigualdades e destacará, nos primeiros anos do século XX, o fortalecimento do Sudeste e principalmente de São Paulo; dando origem a ideia ufanista e equivocada de ser o carro chefe do país. Segundo Bacelar (2000), entre 1920 e 1970, a indústria estará concentrada no sudeste e principalmente em São Paulo. Durante 50 anos cria-se a ideia que São Paulo é o Brasil, assim foi consolidando uma região que, construindo expressiva infraestrutura (rodovias, hidroelétricas, siderúrgicas, metalúrgicas,

¹² Título conferido ao Brasil porque, naquele momento, seus principais itens de exportação eram café, cana e cacau, produtos essenciais para a confecção de doces e sobremesas.

portos e ferrovias) tornou-se destaque estatístico do país. Dentro desse contexto histórico, entre café e indústrias, muitas construções luxuosas e admiráveis são inseridas na paisagem urbana de São Paulo atendendo, sobretudo, demandas da elite paulistana; algumas dessas construções estão no roteiro “Além dos Túmulos”, como o Teatro Municipal, Edifício Martinelli e o Palácio da Justiça.

As pompas arquitetônicas, observadas nos avanços financeiros ligados as explorações dos ciclos econômicos, foram repetidas em diversas épocas e regiões do Brasil e contrastam com a pobreza urbana. Nos séculos XIX e XX, durante o auge da extração do látex na região Norte, a elite patrocinou a construção do suntuoso Teatro Amazonas (também aos moldes europeus), destacando o estilo renascentista no meio do clima quente e úmido. Atualmente, a cultura popular afirma existir fantasmas morando no teatro. Outro exemplo importante é a Igreja São Francisco de Assis, em Ouro Preto, que foi construída durante o ciclo do ouro no século XVIII. Essa belíssima obra arquitetônica patrocinada pela lógica primário-exportadora também é habitada, segundo alguns moradores da região, por fantasmas que ecoam nas madrugadas sussurros e gemidos; é interessante observar como os mortos estão presentes em grandes construções do país, talvez os supostos ruídos fantasmagóricos ecoem daqueles que não tiveram direito a fala e sofreram com a escravidão e degradação ambiental.

Os ciclos econômicos no Brasil demonstram a ascensão e o declínio de diversas regiões e, cidades que projetavam um desenvolvimento são, atualmente, áreas de expulsão e até “cidades fantasmas” ou, nas palavras de Monteiro Lobato, “cidades mortas”; Fordlândia no Pará, Velho Airão no Amazonas, Cococi no Ceará e São João Marcos no Rio de Janeiro são cidades que exemplificam essa ascensão e declínio, fruto de uma repetição regional que integra o projeto de extração e exportação de matérias primas com as premissas da desigualdade, explorando o trabalhador e o meio ambiente enquanto existirem recursos e interesses.

Para estudiosos como Celso Furtado, Tânia Bacelar, Maria da Conceição Tavares e Wilson Cano, a questão regional brasileira passa a existir de forma mais complexa após a industrialização. A concentração tecnológica entre 1920 e 1970 fez São Paulo dar um salto em relação a outros Estados, a partir de 1970 a guerra fiscal marcou o inicio de uma tímida desconcentração industrial, situação que tornará mais complexa a análise da questão regional. Nesse sentido Bacelar (2000), baseada nas obras de Celso Furtado, analisa que o

Brasil foi marcado por uma modernização conservadora onde o essencial fica com a elite seja ela urbana ou rural, industrial ou agrária, do norte ou do sul e as políticas públicas do país são destinadas, em geral, para as regiões que já apresentam algum grau de desenvolvimento.

Com a redemocratização na década de 1980 propagou-se a ideia das eleições como meio para diminuir desigualdades e promover o bem estar social, pressupostos que vem desmoronando, devido, principalmente, a implantação de reformas políticas neoliberais que atendem os interesses da elite do atraso; segundo Arretche (2018), um governo eleito democraticamente não é garantia de redução das desigualdades econômicas.

Sobre a desigualdade e o objeto de estudo deste trabalho deve-se observar que, as localizações, formas e funções de cada ponto do roteiro “Além dos Túmulos”, auxiliam na compreensão da produção desigual do espaço paulistano; percebe-se nos endereços do roteiro, em geral estruturados para os “nobres”, a lógica capitalista que, segundo a professora Ana Fani (2015), transforma espaços simultaneamente e não linearmente, ou seja, ocorreu ao mesmo tempo, sem pompas históricas, a construção do espaço dos excluídos (o lugar do trabalhador, da periferia, do pobre) margeando os “CEP’s nobres”, longe o suficiente para não incomodar e próximo o bastante para servir.

É importante observar que o processo de valorização do espaço e a gentrificação podem formar, onde outrora era o “espaço dos excluídos”, novas áreas da elite, empurrando o trabalhador para áreas ainda mais afastadas do emprego e de infraestruturas. O professor do departamento de geografia da USP, Ricardo Mendes Antas Junior, durante a disciplina “A cidade e o urbano no Brasil”, usou o bairro Butantã para contextualizar esse processo: até poucas décadas atrás, o bairro situado na zona Oeste da cidade de São Paulo, era uma região pantanosa e desvalorizada onde moravam operários; depois da construção da Cidade Universitária, na década de 1960, parte do bairro valorizou desenvolvendo outra forma e função, demonstrando que os espaços destinados aos excluídos podem ser apropriados pela elite e convertidos em “espaços nobres”.

Para um estudante da Geografia ou das demais ciências humanas é quase impossível alienar-se sobre a desigualdade, durante uma aula no departamento de geografia da USP, a professora Glória da Anunciação Alves comentou: nas ações diárias verificamos e experimentamos sua presença.

Tem-se a impressão de uma existência marcada por um constante debate, interno e externo, sobre a condição humana; debates intercalados por devaneios de uma revolução que extinguirá qualquer tipo de opressão e conduzirá a sociedade a utopias de livros. Após esses sonhos vem uma espécie de conclusão de que a luta contra a desigualdade é inútil, como se a essência humana fosse marcada por uma característica imutável e egoísta que conduziria, independente das ramificações, a algum tipo de segregação social. Por fim lutamos para sofrer o menos possível dentro da lógica imposta.

Esses pensamentos remetem as análises de John Molyneux sobre a desmistificação da ideia de que *“qualquer tentativa de transformação da sociedade atual estaria fadada ao fracasso, por causa da natureza egoísta e avarenta do ser humano”* (1993, n.p.).

Segundo Molyneux (1993) o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária é amplamente observado como um belo sonho irrealizável. Os argumentos anti-socialista, geralmente, baseiam-se no suposto fracasso desse sistema no leste europeu e na URSS, e no pensamento cristão do pecado original herdado desde Adão e Eva que imputou a todos humanos o egoísmo, *“se sustenta que a maioria das pessoas seja inherentemente insaciável e ambiciosa. De tal maneira que querem mais do que lhes corresponderia em uma repartição justa de bens materiais, e aspiram ao domínio sobre os demais.”* (Molyneux, 1993, n.p.).

Entretanto Molyneux (1993) observa que é no capitalismo que ocorre a destruição da biosfera, alienação do trabalho, e objetificação das pessoas. O autor incita a recordarmos as tentativas de revoluções, como a de 1917, e verificarmos que historicamente a maior parte da presença do ser humano na Terra foi marcada por sociedades sem divisões de classe.

A divisão de classes e a exploração não são próprias da natureza humana e, aceitar essa ideia seria naturalizar:

[...] a escravidão de milhões de africanos e seu transporte às Américas, o genocídio de uma grande parte da população indígena das Américas central e do sul, a espoliação e empobrecimento da Índia e do extremo Oriente e de outras inumeráveis barbaridades (Molyneux, 1993, n.p.).

As construções do roteiro “Além dos Túmulos” são rugosidades que também indicam, direta e indiretamente, a geografia da desigualdade no solo paulistano.

Capítulo 6 – Um roteiro de imagens

O propósito desse capítulo é indicar, através de fotos, quadros e mapa, algumas características do roteiro “Além dos Túmulos” que, até aqui, foi descrito textualmente. A apresentação de imagens é um importante recurso didático e uma maneira de contextualizar e aprimorar interpretações. O intuito das figuras a seguir é realçar o objeto de estudo deste trabalho e acrescentar novas perspectivas a partir do diálogo entre este capítulo e os demais capítulos.

Figura 2 - Vale do Anhangabaú em 1911, pouco antes da inauguração do Teatro Municipal



Fonte: <https://avidanocentro.com.br/wp-content/uploads/2017/12/017E 1024x758.jpg>

Figura 3 - Ladeira do Açu, quadro do séc. XIX retratando a região onde atualmente é o Vale do Anhangabaú. Autor: Jean-Baptiste Debret



Ponte de Santa Ifigênia, 1827. Jean-Baptiste Debret. Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br>

Figura 4 - Vale do Anhangabaú em 1927



Fonte: <https://avidanocentro.com.br/wp-content/uploads/2020/07/anhangabau1927palaceteprates 1024x480.jpg>

Figura 5 - Manifestações pelas “Diretas Já”, em 1984, no Vale do Anhangabaú



Fonte: <http://f.i.uol.com.br/folha/especial/images/15007490.jpeg>

Figura 6 - Capela dos Aflitos, foto da primeira metade do século XX



Fonte: <https://spcity.com.br/lendas-urbanas-capela-dos-aflitos/>

Figura 7 - Foto atual contrastando a Capela dos Aflitos com a cultura japonesa



Fonte: <https://deputadalecibrandao.com.br/diversidade/item/681-capela-de-nossa-senhora-dos-aflitos-completa-241-anos>

Figura 8 - Interior da Capela dos Aflitos, porta onde são depositados pedidos a Chaguinhas



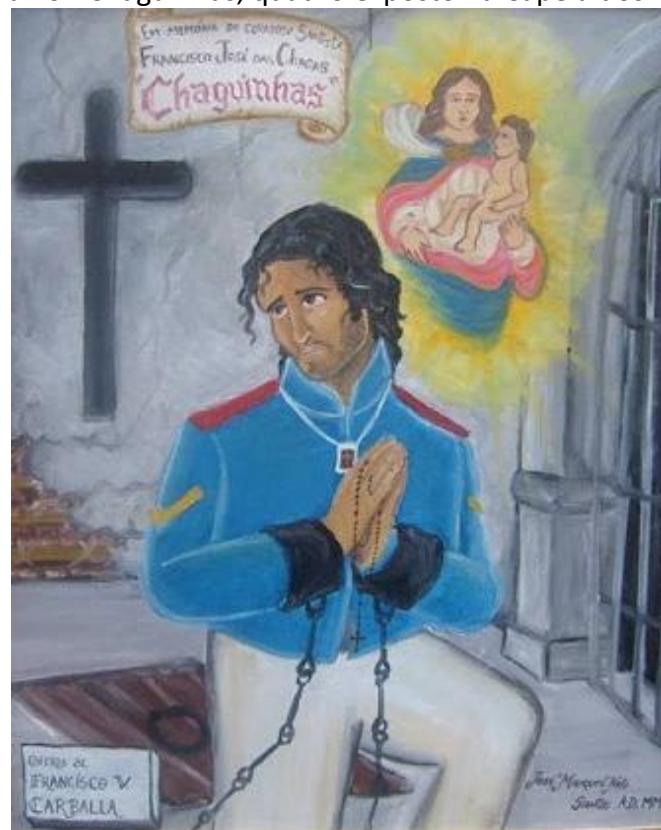
Fonte: <https://vitrivius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/08.088-089/5262>

Figura 9 - Interior da Capela dos Aflitos, papéis contendo pedidos feitos a Chaguinhas



Fonte: https://f.i.uol.com.br/fotografia/2018/08/23/15350545915b7f12ff691bf_1535054591_3x2_md.jpg

Figura 10 - Chaguinhas, quadro exposto na Capela dos Aflitos



Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-milagre-de-chaguinhas-capela-de-santa-cruz-das-almas-dos-enforcados.phtml>

Figura 11 - Localização da forca, pelourinho, Cemitério e Capela dos Aflitos



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/06/arqueologos-encontram-ossadas-da-epoca-da-escravidao-em-terreno-no-centro-de-sao-paulo.ghtml>

Figura 12 - Faculdade de Direito do Largo São Francisco, 1940



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/75/Faculdade_direitoSP1.jpg/340px-Faculdade_direitoSP1.jpg

Figura 13 - Túmulo de Júlio Frank na Faculdade de Direito da USP



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-49239545>

Figura 14 - Cemitério da Consolação, túmulo de Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, pessoas rezam em frente ao túmulo pedindo por um bom casamento



Fonte: https://live.staticflickr.com/1783/28565887767_b61e4488eb_b.jpg

Figura 15 – Cemitério da Consolação, escultura “O sepultamento” de Victor Brecheret, lápide da família Guedes Penteado



Fonte: https://vejasp.abril.com.br/wp-content/uploads/2017/12/o-sepultamento_pietc3a1-acompanhada-por-quatro-mulheres-escultura-de-victor-bre.jpg

Figura 16 - Igreja Santa Cruz dos Enforcados



Fonte: https://miro.medium.com/max/600/1*nT9SPmfkOqzOQZlexD6KQw.jpeg

Figura 17 - Interior da Igreja Santa Cruz dos Enforcados



Fonte:https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1a/Igreja_Santa_Cruz_das_Almas_dos_Enforcados_%2802%29.jpg/1200px-Igreja_Santa_Cruz_das_Almas_dos_Enforcados_%2802%29.jpg

Figura 18 - Teatro Municipal, atualmente



Fonte:https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/bc/Teatro_Municipal_de_S%C3%A3o_Paulo_8.jpg/1200px-Teatro_Municipal_de_S%C3%A3o_Paulo_8.jpg

Figura 19 - Teatro Municipal, 1915



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/90/e8/14/90e814028d7690c58d2d11c3d98ce46c.jpg>

Figura 20 - Teatro Municipal visto a partir do Vale do Anhangabaú, primeira metade do século XX



Fonte: <https://www.saopauloinfoco.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Theatro-Municipal-de-S%C3%A3o-Paulo.jpg>

Figura 21 - Cripta da Catedral da Sé



Fonte: <http://f.i.uol.com.br/fotografia/2016/12/16/658770-970x600-1.jpeg>

Figura 22 - Cripta da Catedral da Sé, túmulo de Tibiriçá



Fonte: <https://i.redd.it/0u388z0k9ya31.jpg>

Figura 23 - Cripta da Catedral da Sé, túmulo do regente Feijó no canto direito



Fonte: https://www.sampainesgotavel.com.br/wp-content/uploads/2016/08/DSC_8126.jpg

Figura 24 - Construção do Edifício Martinelli, primeira metade do século XX



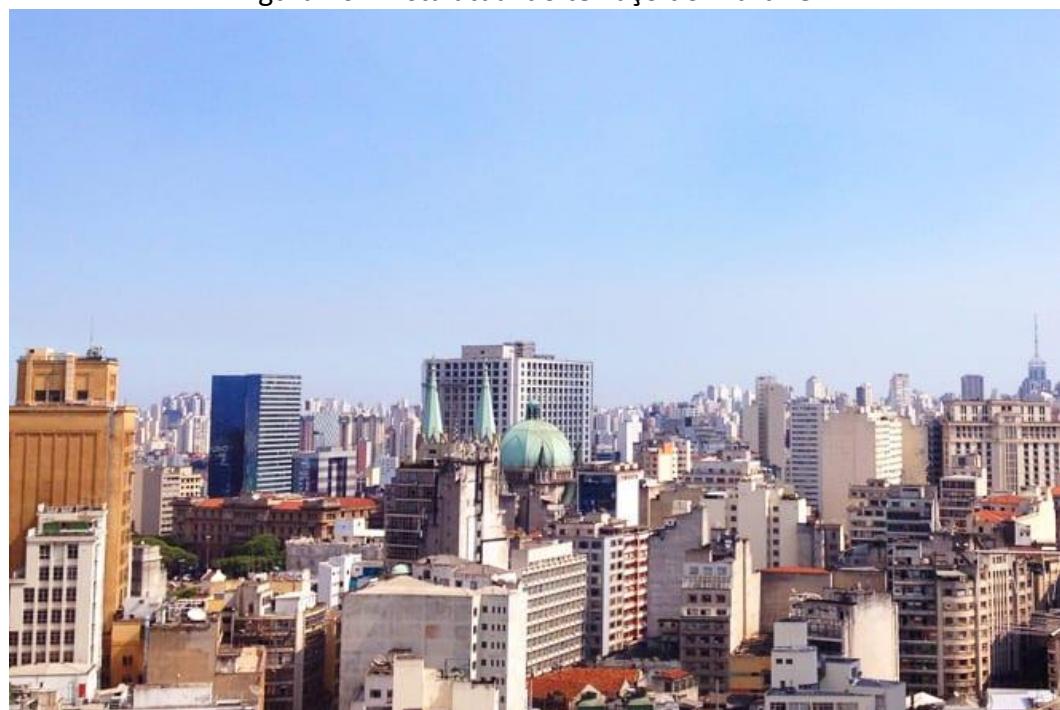
Fonte: <https://www.saopauloinfoco.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Edif%C3%ADcio-Martinelli-em-constru%C3%A7%C3%A3o-no-final-dos-anos-20-visto-do-Mosteiro-de-S%C3%A3o-Bento..jpg>

Figura 25 - Edifício Martinelli, primeiro arranha-céu do país e maior prédio do Brasil até 1947



https://vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/4737_arq089-02-07.jpg

Figura 26 - Vista atual do terraço do Martinelli



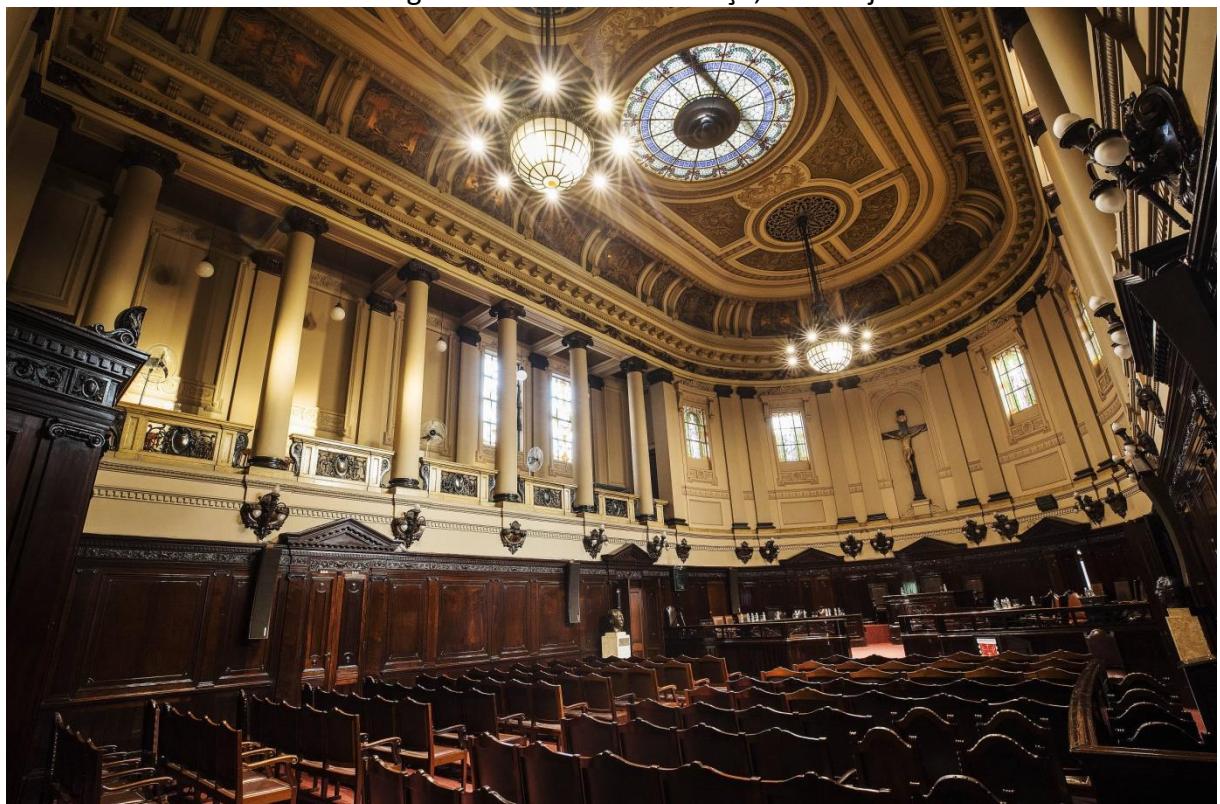
Fonte: https://www.blogvambora.com.br/wp-content/uploads/2014/06/SaoPaulodoAlto_BlogVambora.jpg

Figura 27 - Palácio da Justiça



Fonte: <https://viajantelegal.com/wp-content/uploads/2020/08/tribunal-justica-sp.jpg>

Figura 28 - Palácio da Justiça, sala do júri



Fonte: https://f.i.uol.com.br/fotografia/2019/10/25/15720366525db3602cd0aa3_1572036652_3x2_rt.jpg

Considerações finais

Paulo Freire, no livro “Pedagogia da Indignação”, discorre sobre duas ações, “denunciar e anunciar”, para indicar a necessidade de apontar críticas aos problemas sociais, mas também anunciar as possíveis soluções para esses problemas. Nas palavras do educador devemos “*denunciar como estamos vivendo e anunciar como poderíamos viver*” (Freire, 2000, p. 54). Infelizmente as possíveis soluções podem ganhar contornos de utopia¹³, sobretudo nos países, conforme apontou Eduardo Galeano, que se especializaram em perder. Ao final deste trabalho percebo uma estrutura textual composta, essencialmente, por críticas e “denúncias”.

Até o primeiro ano da graduação desconhecia um fato importante da hidrografia paulista: a alteração do curso natural do Rio Pinheiros. Quando ingressei na geografia conhecia algumas características desse rio poluído e retificado, mas ignorava a mudança da lógica gravitacional da montante em direção à jusante, colocando-o na marcha ré para atender a usina hidroelétrica Henry Borden, em Cubatão. Fiquei impressionado com tal informação, pois até aquele momento pensava que apenas o Shiryu de Dragão podia reverter o fluxo da cachoeira de Rozan. Penso nas engenharias e tecnologias utilizadas para mudar a direção de um rio; imagino que se um curso hídrico pode ser alterado talvez alguns paradigmas socioeconômicos também possam.

A análise crítica sobre a política e a desigualdade a partir de um roteiro turístico foi o norte deste trabalho que será concluído, tendo os pensamentos de Paulo Freire como inspiração, anunciando uma sugestão: um projeto educacional destinado a alunos dos anos

¹³ A palavra “utopia” expressa nesta página foi inspirada no discurso proferido, na década de 1980, por Gabriel García Márquez para o Prêmio Nobel, o escritor colombiano indicou alguns avanços sociais alcançados na Europa e supôs que um dia tais avanços poderão fazer parte do cotidiano da América Latina: “*A solidariedade com nossos sonhos não nos fará sentir menos solitários enquanto não se concretize com atos de respaldo legítimo aos povos que assumam a ilusão de ter uma vida própria na divisão do mundo (...). Por que pensar que a justiça social que os europeus desenvolvidos tratam de impor em seus países não pode ser também um objetivo latino-americano, com métodos distintos e em condições diferentes?*

(García Márquez, 2010, p. 11).

fundamentais e médio. Uma proposta que, embora pareça simplória, pode ser importante na formação social dos estudantes.

A proposta é criar, a partir do roteiro “Além dos Túmulos”, aulas guiadas¹⁴. Tirar os alunos um pouco da sala de aula para levá-los nos pontos do roteiro e, nesses locais, expor nossa geografia, história, sociologia, economia, enfim, promover um percurso-aula como o professor José de Souza Martins costumava fazer. Talvez essa proposta desenvolva nos adolescentes novos interesses pedagógicos, além de ajudá-los a ampliar as perspectivas. Passar um dia ao ar livre pode ser muito agradável e revigorante. O Estado deve priorizar levar grupos pequenos reforçando, deste modo, a segurança e qualidade do *tour*; o governo também poderia servir um lanche para as crianças e professores, ou um almoço no bandejão da Faculdade de Direito da USP; os professores podem, durante o percurso, incentivar os jovens a estudar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco ou em outras faculdades públicas, incentivar a serem juízes e juízas no Palácio da Justiça, ou atores e atrizes atuando no palco do Teatro Municipal ou espectadores das peças do Teatro; os professores podem contar as histórias dos povos originários no Vale do Anhangabaú e dos africanos nas igrejas da Liberdade. Talvez este projeto político ajude a derrubar algumas políticas que são desvantajosas para a maioria.

Piotr Kropotkin, no texto “O que a geografia deve ser” (1885), relaciona o processo de aprendizagem com a imaginação e o interesse que as crianças têm por viagens; para Kropotkin as crianças desenvolvem inicialmente o interesse pela lógica das humanidades para, posteriormente, se interessarem pela lógica da natureza. As histórias e construções do roteiro “Além dos Túmulos” podem vigorar a imaginação e o interesse pelas humanidades ao relatar, por exemplo, a formação social do Brasil; também podem desenvolver o interesse pela natureza (ainda que transformada em paisagem urbana) ao abordar, por exemplo, a história do rio Anhangabaú que atualmente corre debaixo do asfalto. As análises de Kropotkin relacionam-se com a perspectiva histórico-cultural apresentada por Lev Vigotski, que observou a influência do meio social, cultural, histórico e ambiental no processo de aprendizagem individual.

¹⁴ Essa proposta, obviamente, pressupõe que primeiro ocorra o controle da pandemia para, posteriormente, realizá-la com segurança sanitária.

Talvez algum leitor ache interessante o projeto, mas indague sobre os gastos públicos para colocar em prática essa política, esse questionamento pode ser respondido a partir das análises feitas pelo professor James Heckman, Nobel de economia, indicando que a educação é um investimento com retornos sociais elevadíssimos. Segundo Heckman (2012), a cada dólar investido na educação infantil existe um retorno social de sete dólares; possivelmente nenhum banco, público ou privado, ofereça um investimento que garanta retorno de 700%.

Bibliografia

- ANDRADE, Celso de (2017). Aflitos de São Paulo: a estigmatização perante a morte. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19963>> Acesso em: 12 de mai. 2020.
- ARENDT, Hannah (1967). Verdade e política. Nova Iorque: The New Yorker.
- ARENDT, Hannah (2007). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARRETCHE, Marta (2018). Democracia e a redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/0102-6909-rbcsoc-3396132018.pdf>> Acesso em: 12 de mai. 2020.
- BACELAR, Tânia (2000). A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 71-92.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de (2010). À meia - luz: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculino. São Paulo: Unicamp.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (2006). Geografias das metrópoles. São Paulo: Contexto.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (2015). A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: Crise urbana. São Paulo: Contexto, p. 25-35.
- CASTRO, Iná Elias de (2006). Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COSTA, Wanderley Messias da (2019). O espaço da política. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza. A necessidade da geografia. São Paulo: Contexto, p. 57-67.
- COUTINHO, Belmira Maria dos Santos Gomes (2012). Há mortes nas catacumbas? Um estudo sobre turismo negro. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10167/1/Dissertacao_Belmira_Coutinho.pdf> Acesso em: 14 de abr. 2020.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (2003). Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca.
- DIAS, Reinaldo (2013). Introdução ao turismo. São Paulo: Atlas.
- Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>> Acesso em: 26 de set. 2020.

Dicionário Ilustrado Tupi – Guarani

Disponível em: <<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/>> Acesso em: 28 de set. 2020.

Dicionário Informal

Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/>> Acesso em: 28 de set. 2020.

FREIRE, Paulo (2000). Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel (2010). Cem anos de solidão. Rio de Janeiro: Record.

GODOY, Silvana Alves de (2014). Martim Afonso Tibiriçá. A nobreza indígena e seus descendentes nos campos de Piratininga no século XVI. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, Volume 4, Número 7, Julho - dezembro de 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268397263.pdf>> Acesso em: 15 de set. 2020.

HECKMAN, James Joseph (2012). Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia. Publicação: 07 de dez. de 2012. Disponível em: <https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2021.

JORGE, Karina Camarneiro (2006). Urbanismo no Brasil império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios). Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/43>> Acesso em: 02 de jun. 2021.

JURKEVICS, Vera Irene (2021). Religiosidade popular na Capela dos Aflitos. Disponível em: <<https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2021.Vol7.N62.pp4-17>> Acesso em: 08 de set. 2021.

KNAFOU, Rémy (1996). Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, p. 62-74.

KROPOTKIN, Piotr (1885). O que a geografia deve ser. Disponível em: <<http://geocrocetti.com/episteme/kropotkin.htm>> Acesso em: 08 de jun. 2021.

MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardo Dei (2001). O príncipe. São Paulo: Centauro.

MARTINS, José de Souza (2008). História e arte no Cemitério da Consolação. São Paulo: Secretaria de Cultura do Município de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cemiterio_baixa_1219246534.pdf> Acesso em: 06 de jun. 2021.

MARTINS, José de Souza (2015). Linchamentos: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto.

MARTINS, José de Souza (2015). *O cativeiro da terra*. São Paulo: Contexto.

MARX, Murillo (1991). *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel.

MENDONÇA, Heitor Tadeu Teixeita (2014). Edificações civis em situação de incêndio: um estudo de caso da boate kiss e do edifício Joelma. Disponível em: <<https://repositorioinstitucional.uniformg.edu.br:21074/xmlui/handle/123456789/256>> Acesso em: 05 de mai. 2020.

MOLYNEUX, John (1993). É a natureza humana uma barreira ao socialismo? Publicado originalmente no Socialist Workers' Party: Grã-Bretanha.

MORAES, Antonio Carlos Robert (2008). *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume.

OLIVEIRA, Francisco de (1987). *Elegia Para uma Re(ligião)*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEN, Arabela Campos (2002). Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (et al.). *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: UNESCO, p. 24-38.

OMT (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.

RAIMUNDO, Sidnei (2009). Abordagem geográfica nas atividades de lazer e turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas (org.). *Lazer e turismo: conceitos e reflexões*. São Paulo: Plêiade, p. 225-249.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado (2000). *Metrópole da morte necrópole da vida: um estudo geográfico do cemitério de Vila Formosa*. São Paulo: Carthago Editorial.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado & DAMIANI, Amélia Luisa (2004). *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana*. Universidade de São Paulo: São Paulo.

SAITO, Cecília (2008). O espaço residual no bairro Liberdade como linguagem e comunicação. Associação Brasileira de Estudos Japoneses: ABEJ Papers.

SANTOS, Milton (2009). *Pobreza urbana*. São Paulo: Edusp.

SCHMIDT, Afonso (1942). *A sombra de Júlio Frank*. Edição: eBooksBrasil.

SEVCENKO, Nicolau (2004). A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. *REVISTA USP*, São Paulo, n.63, p. 16-35. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13365/15183>> Acesso em: 15 abr. 2020

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique (2008). *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto.

SOUZA, Jessé (2017). A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya.

TEIXEIRA, Anísio (1968). Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>> Acesso em: 15 de jun. 2021.

TRZASKOS, Luana Aparecida & DROPA, Márcia (2013). Dark turismo: uma abordagem sobre os cenários mundiais. Disponível em:

<<http://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/3.-DARK-TURISMO-UMA-ABORDAGEM-SOBRE-OS-CEN%C3%81RIOS-MUNDIAIS.pdf>> Acesso em: 02 de abr. 2020.

Documentário e Filme

A Origem dos Cursos Jurídicos no Brasil (2018). Direção de Thiago Oliveira. Realização: TV Justiça. Documentário disponível em: <<https://youtu.be/XPFp6Nifb8k>> Acesso em: 05 de jun. 2020.

Coringa (2019). Direção de Todd Phillips. Estados Unidos: Warner Bros (122 min.).

Entre Rios (2009). Direção de Caio Silva Ferraz. Produção: Joana Scarpelini. São Paulo: SENAC. Documentário disponível em: <https://youtu.be/Xi9c_N8uFvY> Acesso em: 02 de abr. 2020.

Matéria de Jornal

Castelinho reabre como sede de ONG para moradores de rua no centro de SP. Jornal: Folha de São Paulo. Publicação: 05 de abr. de 2017. Seção: Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1872864-castelinho-no-centro-de-sp-reabre-nesta-quinta-como-sede-de-ong.shtml>> Acesso em: 05 de jun. 2020.

Cidades-fantasma: Brasil tem municípios abandonados como o que 'Nomadland' mostra nos EUA. Jornal: G1. Publicação: 26 de abr. de 2021. Seção: Oscar 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/oscar/2021/noticia/2021/04/26/cidades-fantasma-brasil-tem-municipios-abandonados-como-o-que-nomadland-mostra-nos-eua.ghtml>> Acesso em: 15 de jul. 2021.

Escavação expõe ossadas de um século e meio em antigo cemitério no centro de SP. Jornal: Folha de São Paulo. Publicação: 06 de dez. de 2018. Seção: Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/escavacao-expoe-ossadas-de-um-século-e-meio-em-antigo-cemiterio-no-centro-de-sp.shtml#:~:text=Quem%20passeia%20pela%20Liberdade%2C%20na,um%20s%C3%A9culo%20e%20meio%20atr%C3%A1s.>> Acesso em: 18 de jun. 2020.

Grupo de estudantes coloca caixa com pedras 'para atirar' em brasileiros na Universidade de Lisboa. Jornal: Folha de São Paulo. Publicação: 29 de abr. de 2019. Seção: Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/caixa-com-pedras-para-atirar-em-brasileiros-e-colocada-na-universidade-de-lisboa.shtml>> Acesso em: 05 de jun. 2020.

Invasão zumbi (e turística) na pacata Senoia. Jornal: O Estado de São Paulo. Senoia, EUA. Publicação: 09 de abr. de 2013. Seção Viagem. Disponível em: <<https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,invasao-zumbi-e-turistica-na-pacata-senoia-imp-,1018741>> Acesso em: 22 de jun. 2020.

Praça e estação Liberdade do Metrô de SP ganham 'Japão' no nome e alteração gera críticas nas redes sociais. Jornal: G1. São Paulo, SP. Publicação: 01 de ago. de 2018. Seção: São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/01/praca-e-estacao-liberdade-do-metro-de-sp-ganham-japao-no-nome-e-e-alteracao-gera-criticas-nas-redes-sociais.ghtml>> Acesso em: 16 de jun. 2020.